



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE

ELOIDE TELES SILVA GRISI

POLÍTICAS E PRÁTICAS SOCIAIS NO PROCESSO FORMATIVO DO
TRABALHADOR DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: O PRESENTE, O
VIVIDO.

JOÃO PESSOA – PB
2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

G869p Grisi, Eloide Teles Silva.

Políticas e práticas sociais no processo formativo do trabalhador da educação de jovens e adultos: o presente, o vivido. / Eloide Teles Silva Grisi. - João Pessoa, 2020.

123 f. : il.

Orientação: Maria das Graças Gonçalves Vieira Guerra.
Coorientação: Janine Marta Coelho Rodrigues.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/Educação.

1. Educação de Jovens e Adultos. 2. Trabalhador/a da EJA. 3. Políticas Educacionais da EJA. I. Guerra, Maria das Graças Gonçalves Vieira. II. Rodrigues, Janine Marta Coelho. III. Título.

UFPB/BC

ELOIDE TELES SILVA GRISI

POLÍTICAS E PRÁTICAS SOCIAIS NO PROCESSO FORMATIVO DO
TRABALHADOR DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: O PRESENTE, O
VIVIDO.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Educação da Universidade
Federal da Paraíba, como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria das Graças
Gonçalves Vieira Guerra

Coorientadora: Prof^a. Dra. Janine Marta Coelho
Rodrigues

JOÃO PESSOA – PB

2020

ELOIDE TELES SILVA GRISI

POLÍTICAS E PRÁTICAS SOCIAIS NO PROCESSO FORMATIVO DO
TRABALHADOR DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: O PRESENTE, O
VIVIDO.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Educação da Universidade
Federal da Paraíba, como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Educação.

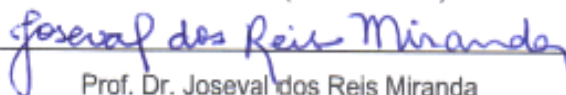
Aprovada em: 12/ 03 / 2020.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Drª Maria das Graças Gonçalves Vieira Guerra
Orientadora (PPGE/UFPB)

Profa. Drª. Janine Marta Coelho Rodrigues
Coorientadora (PPGE/UFPB)



Prof. Dr. Joseval dos Reis Miranda
Membro Interno (PPGE/UFPB)

Prof. Dr. Mario César Jucá
Membro Externo (UNISUL-FAT)

Dedico aos protagonistas da educação de jovens e adultos, pois apesar de todas as dificuldades encontradas na sociedade e na modalidade da EJA, continuam buscando seus direitos a educação para todos e todas.

AGRADECIMENTOS

À Deus, doador da vida.

À família, aos professores e colegas que com amor, paciência e apoio estiveram presentes neste processo.

À minha querida orientadora Dra. Maria das Graças Gonçalves Vieira Guerra, pois com muito amor e profissionalismo potencializou esta pesquisa.

À co-orientadora Dra. Janine Marta Coelho Rodrigues, que acreditou no meu projeto inicial e trouxe grandes contribuições neste trabalho.

Aos membros da banca Dr. Joseval dos Reis Miranda e Dr. Mario César Jucá que contribuíram de forma muito especial a esta pesquisa.

As demais pessoas que, direta ou indiretamente, fizeram parte deste trabalho.

Não há saber mais ou saber menos: Há saberes diferentes.

Paulo Freire

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo geral analisar o processo formativo de trabalhadores e trabalhadoras da Educação de Jovens e Adultos (EJA), com vistas a políticas e práticas sociais no Estado da Paraíba, que envolvam esta modalidade educacional. A pesquisa procurou identificar os aspectos positivos e/ou negativos apresentados pelos estudantes da EJA, e identificar o perfil destes e destas, em uma instituição de ensino no Estado da Paraíba. A análise desta pesquisa referente ao processo formativo dos trabalhadores estudantes da EJA, com vistas a políticas e práticas sociais no Estado da Paraíba, concomitante às legislações educacionais a esta modalidade, se apresentou em prospecção. Portanto, a hipótese levantada evidencia um potencial de negligências governamentais nos aspectos de práticas sociais na formação destes trabalhadores estudantes da EJA. A pesquisa, de característica qualitativa, foi realizada com o método de grupo focal e para análise dos resultados foi utilizada a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo-DSC. Analisando as falas dos participantes concomitante aos documentos estudados, com foco no Estado da Paraíba, percebeu-se fatores relevantes a políticas e práticas sociais em aspectos positivos e negativos. Os resultados da pesquisa apresentaram uma riqueza de informações, pois ao dar voz aos estudantes da EJA, os quais trazem uma bagagem de experiências nos contextos fora das salas de aula, em seus trabalhos, e com suas famílias, tivemos uma riqueza de contribuições apresentadas com informações sinceras de suas trajetórias sendo criadas no contexto da educação pela EJA, no presente ao vivido. A pesquisa evidenciou resultados importantes no contexto atual, pois mesmo nas falas positivas e conformistas prevaleceram gritos de socorro em prol de uma sociedade mais justa, com condições básicas e acessos a Educação para todos, conforme direito garantido por lei. Esta pesquisa desperta ainda mais provocações com vistas ao aperfeiçoamento contínuo quando a temática é a formação de trabalhadores estudantes da EJA. As políticas educacionais *versus* governanças tem sido pauta de demandas intermitentes entre encontros e desencontros, dilemas e possibilidades, pois em nossa sociedade capitalista, os interesses de alguns são diferentes dos interesses de todos.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Trabalhador/a da EJA. Políticas Educacionais da EJA.

ABSTRACT

This dissertation have as its general objective to analyze the training process of young and adult education workers (EJA), with a view to social policies and practices in the State of Paraíba, which involve this educational modality. The research sought to identify the positive and / or negative aspects presented by the students of EJA, and to identify the profile of these and these, in an educational institution in the State of Paraíba. The analysis of this research regarding the training process of EJA student workers, with a view to social policies and practices in the State of Paraíba, concomitant with the educational legislation to this modality, was presented in prospecting. Therefore, the hypothesis raised shows a potential for governmental negligence in the aspects of social practices in the training of these EJA student workers. The research, of qualitative characteristic, was carried out with the method of focus group and for analysis of the results the technique of the Discourse of the Collective Subject-DSC was used. Analyzing the speeches of the participants concomitant with the documents studied, focusing on the State of Paraíba, it was noticed factors relevant to social policies and practices in positive and negative aspects. The results of the research presented a wealth of information, because when giving voice to EJA students, who bring a wealth of experiences in contexts outside the classrooms, in their work, and with their families, we had a wealth of contributions presented with sincere information of their trajectories being created in the context of education by EJA, in the present to the lived. The research showed important results in the current context, because even in positive and conformist speeches, calls for help prevail in favor of a more just society, with basic conditions and access to Education for all, according to the right guaranteed by law. This research arouses even more provocations with a view to continuous improvement when the theme is the training of EJA student workers. Educational policies versus governance have been the subject of intermittent demands between encounters and mismatches, dilemmas and possibilities, because in our capitalist society, the interests of some are different from the interests of everyone.

Keywords: Youth and Adult Education. Youth and Adult Education Worker. Educational Policies of Youth and Adult Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade por nível de instrução (%), Brasil, 2016-2018.....	29
Figura 2 - Percentual de pessoas de 25 anos ou mais de idade que concluíram ao menos a educação básica obrigatória, segundo sexo, a cor ou raça e as Grandes Regiões (%).	30
Figura 3 - Taxa de analfabetismo, por sexo cor ou raça, segundo os grupos de idade, Brasil, 2016-2018.....	31
Figura 4 - Taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais de idade/2018.....	44
Figura 5 – Sexo e idade informados pelos participantes da pesquisa.....	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Especificidades que contemplam o perfil dos participantes.....	61
Quadro 2 - Questões da pesquisa concomitantes ao Plano Estadual de Educação da Paraíba (2015 – 2025) com vistas a EJA, Constituição Federal/1988 e na Lei nº 11.947/2009. Bases na LDB 9.394/1996.....	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Percentual de não alfabetização do Estado da Paraíba, por faixa etária (2010).....	45
Tabela 2 - Taxa de Analfabetismo na Faixa Etária de 15 anos ou mais na Paraíba (2011, 2012 e 2013).....	46
Tabela 3 - Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade.....	46

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEB – Câmara de Educação Básica

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNS – Conselho Nacional de Saúde

CONFINTEA – Conferência Internacional de Educação de Pessoas Jovens e Adultas

CPEDH – Comitê Paraibano de Educação em Direitos Humanos

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENEJA - Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos

FEPAD-PB – Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica da Paraíba

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INAF – Indicador de Analfabetismo Funcional

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação

MST – Movimento Sem Terra

PEE – Plano Estadual da Educação

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PNE – Plano Nacional de Educação

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TI – Tecnologia da Informação

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
APROXIMAÇÕES INICIAIS DO TEMA	14
ESTRUTURA DO TRABALHO	18
CAPÍTULO I	19
Percurso metodológico	19
1.1 Intrumento e Procedimento utilizado para geração de dados	20
1.2 Local de estudo	21
1.3 Universo abordado e tamanho da amostra	21
1.3.1 Critérios de inclusão	21
1.3.2 Critérios de exclusão	22
1.4 Tratamento e análise de dados	22
1.5 Procedimentos éticos	22
1.5.1 Riscos e benefícios	23
1.6 Desenho da pesquisa	24
CAPÍTULO II	26
A EJA como políticas públicas: Encontros, legislações	26
2.1 O processo formativo e a condição de estudantes da EJA: Escolarização à prática social	33
2.2 O estudante da EJA e o mundo do trabalho: Dilemas e possibilidades. .	40
CAPÍTULO III	52
Resultados da pesquisa	52
3.1 Resultados qualitativos: Ideias centrais utilizando a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).....	59
3.2 Análise dos resultados da pesquisa concomitante a análise documental.....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73

REFERÊNCIAS.....	77
APÊNDICES	82
APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA.....	82
APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA	82
ANEXOS	114
ANEXO 1 – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA	114
ANEXO 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	121

INTRODUÇÃO

APROXIMAÇÕES INICIAIS DO TEMA

O presente trabalho foi inspirado em vivências pessoais, pois ao concluir o Ensino Fundamental ofertado em escola do bairro onde residia, devido à distância da escola que ofertava o Ensino Médio e por dificuldades familiares, meus estudos foram interrompidos. Cinco anos mais tarde, tive a oportunidade de retomar à vida escolar, e concluir a Educação Básica, desta vez, pela modalidade para jovens e adultos, como supletivo do Ensino Médio, com base na Constituição Federal de 1988.

Como característica deste público que contempla jovens, adultos e idosos, minha turma era composta por mais ou menos 50 alunos, com idade de 18 anos até mais de 60 anos, sendo a maioria entre 20 a 30 anos. Minha experiência nesta modalidade foi controversa. Por um lado, uma oportunidade de continuar meus estudos com maior idade e com vivências positivas por ser uma turma de característica unida.

Por outro lado me deparei com um ensino que deixou a desejar nos aspectos de conteúdo. Os professores não exploravam as vivências dos alunos, simplesmente “jogavam” os assuntos desconexos e de forma muito resumida. Descobri esta carência anos mais tarde, após três tentativas para entrada no Ensino Superior. Precisei fazer curso preparatório, pois os conhecimentos adquiridos pela EJA eram insuficientes aos exigidos nos vestibulares da época. Só assim tive sucesso na quarta tentativa de vestibular, momento em que consegui ingressar e concluir a faculdade.

Após formada, ano de 2006, presenciei muitos colegas de trabalho enfrentando preconceitos por não “terem estudo”. Muitos deles e delas não tinham apoio familiar e empresarial para estudar. Foram estas e outras situações que me despertaram inquietudes, as quais se transformaram em desejo de “fazer algo em prol da EJA”.

A escolha de retomar meus estudos, na Pós-Graduação, *Stricto Sensu* (sentido específico), e desenvolver minha pesquisa em Educação, com vistas à Educação de Jovens e Adultos (EJA), na linha de Políticas Educacionais, é fruto desta caminhada

pessoal junto à necessidade de ampliar conhecimentos em questões que envolvem Políticas Educacionais e Práticas Sociais, neste contexto classista em nossa sociedade que é capitalista. O que pudermos melhorar como educadores/as, inserindo a *práxis* como determinante transformador social, nos sistemas educacionais é, no mínimo, desafiador.

Para conhecer outros trabalhos que também tivessem feito uso dessa temática, pesquisei no banco de teses e dissertações da CAPES, utilizando o filtro para o Estado da Paraíba, local do meu estudo. Para tanto utilizei algumas palavras chaves sendo, EJA, trabalhador, práticas sociais. Encontrei 82 registros, desde 2003. Desses registros, 12 trabalhos se aproximaram mais do meu estudo e 03 trabalhos apresentaram maior aderência na contextualização proposta para minha pesquisa. (CAPES, 2019).

O Brasil está passando por sérias mudanças na educação, principalmente no âmbito curricular, período também marcado por mudanças políticas, pois no dia 12 de maio de 2016, o Vice-Presidente da República, Michel Temer inicia o governo, ao assumir interinamente o cargo de presidente da República Brasileira, com o afastamento da Presidente Dilma Rousseff, devido aceitação pelo Senado ao processo de *impeachment* (HERMIDA, 2018).

Em meio a estas mudanças políticas, as questões educacionais se evidenciam de forma surpreendente, em pleno século XXI, porém em aspectos negativos, quando a pauta é analfabetismo em nosso país. Pesquisas comprovam um contexto de desigualdade a ser vencido, quanto ao direito de ler e escrever para pessoas maiores de 25 anos, que nem sequer iniciaram sua formação básica no ensino regular, ou não conseguiram concluir seus estudos neste nível. Dados apresentados pelo Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE), 2018, comprovaram que o país se encontra entre os 10 países com maior número de adultos analfabetos do mundo, ocasionando, aproximadamente, 11,3 milhões de pessoas nessa situação. (IBGE, 2018).

O alto índice de evasão escolar na EJA, apresentados pela pesquisa IBGE (2018), muitas vezes está relacionado com a falta de investimento na educação e baixas condições de vida. Através de análises estatísticas, estas pessoas,

normalmente, residem em comunidades carentes com alto índice de periculosidade. A escola precisa estar preparada para receber esse tipo de público e, assim, conseguir mudar sua situação. Com base nesse contexto, Freire (1991, p.16) afirma dizendo que

A escola como um espaço de ensino-aprendizagem será então um centro de debates de ideias, soluções, reflexões, onde a organização popular vai sistematizando sua própria experiência. O filho do trabalhador deve encontrar nessa escola os meios de auto emancipação intelectual independentemente dos valores da classe dominante. A escola não é só um espaço físico. É um clima de trabalho, uma postura, um modo de ser.

Observando os contextos de onde se originam essas pessoas que não conseguiram se alfabetizar, em tempo pré-estabelecido pelo Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, percebe-se que o êxodo rural tem influência neste índice. (IBGE, 2018). A EJA encontra-se amparada pela lei nº 9.394/96 e tem a proposta de incluir pessoas que por algum motivo não tiveram acesso ao ensino regular na idade apropriada.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2018, realizada pelo IBGE, ao considerar pessoas com 15 anos ou mais, por pertencerem a um grupo etário que já deveriam apresentar conclusão em escolarização básica, ofertada em modalidade regular, informa que ocorreu uma redução discreta de analfabetismo de aproximadamente 7% comparando a 2017 (IBGE, 2018). Porém, um fator relevante e muito preocupante é que o Nordeste Brasileiro está com a maior taxa deste índice de analfabetismo.

Nesta mesma pesquisa apresentada, a Paraíba aparece como o quarto estado brasileiro que apresenta a maior taxa de analfabetismo. A taxa da Paraíba é de 16,1%, ficando atrás apenas para o Maranhão (16,3%), o Piauí (16,6%) e Alagoas (17,2%). (IBGE, 2018). Importante ressaltar que são consideradas alfabetizadas as pessoas de 15 anos ou mais que conseguem escrever um bilhete simples.

Os números são evidências de um contexto que está aquém de uma sociedade igualitária, onde os direitos de todos e todas aparecem enfraquecidos diante de

sistemas falhos, quando se trata de práticas sociais direcionadas por políticas públicas. São diferentes vieses educacionais, nas últimas décadas, proclamados pelo próprio Ministério da Educação (MEC), entre desacordos e propostas que dissociam o objetivo principal da EJA: preparar de forma consciente para entender o funcionamento do sistema sócio-político-econômico que estrutura este país que é de todos e todas. (BRASIL, 2009)

Diante destes apontamentos sociais identificados no sistema educacional e trazendo ao contexto destas pessoas que se encontram analfabetas ou sem concluir a Educação Básica, onde estariam as lacunas sociais em respeitar o direito destes trabalhadores e destas trabalhadoras, como pessoas dignas de sentirem-se incluídas na sociedade, com direitos iguais aos majoritários da classe dominante e que possam usufruir dos mesmos direitos em educação de qualidade?

Partindo desse pressuposto, considerando que as maiores taxas de analfabetismo encontram-se no nordeste, sendo a Paraíba o quarto Estado com maior índice do Brasil, uma das principais questões de interesse desta problemática levantada é: **Como é analisado o processo formativo dos trabalhadores e das trabalhadoras estudantes da EJA, com vistas às políticas e práticas sociais no Estado da Paraíba?**

A presente pesquisa tem, como **objetivo geral**, analisar o processo formativo de trabalhadores e trabalhadoras estudantes da EJA, com vistas às políticas e práticas sociais no Estado da Paraíba, que envolvam esta modalidade educacional. Para tanto, foram estabelecidos como **objetivos específicos** os seguintes tópicos:

- Identificar o perfil dos/as trabalhadores/as estudantes da EJA, em uma instituição de ensino do Estado da Paraíba;
- Estudar as Políticas Públicas para a EJA e como essas influenciam no processo formativo do/a estudante trabalhador/a dessa modalidade;
- Diagnosticar o que dizem os documentos legais que envolvem a Educação Básica voltados à EJA no Brasil e o PEE da Paraíba, com propósito de possíveis ações governamentais existentes ou não.

ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta dissertação é constituída por três capítulos. A introdução apresenta as motivações do estudo e as aproximações iniciais do tema. Aponto minhas vivências pessoais como justificativa à pesquisa, assim como a relevância científica no contexto atual para a EJA. Além disso, destaco a escassa produção de trabalhos na área, principalmente numa perspectiva educacional. Finalizo apresentando as questões norteadoras desta pesquisa e a estrutura da dissertação.

O capítulo I delinea o percurso metodológico, no capítulo II temos o referencial teórico da EJA concomitante as legislações desta modalidade de educação. O capítulo III apresenta os resultados e discussão da pesquisa de campo. Na sequência tem as considerações finais, o referencial, os apêndices e os anexos.

CAPÍTULO I

Percurso metodológico

Para analisar o processo formativo de trabalhadores e trabalhadoras estudantes da EJA, com vistas à políticas e práticas sociais no Estado da Paraíba, que envolvam esta modalidade educacional, faz-se necessário uma base teórica a fim de desenvolver uma metodologia significativa ao estudo proposto. A relevância desta pesquisa está na riqueza do tema, ainda com muitos desafios, pois existem questionamentos e inquietudes quando o assunto é a EJA, concomitante com as qualificações profissionais que o mercado tem exigido de trabalhadores/as.

A pesquisa científica pode ser compreendida como o

[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados. (GIL, 2017, p.17).

Esta pesquisa, de característica qualitativa teve o intuito de identificar o perfil de trabalhadores e trabalhadoras, estudantes da EJA, em uma instituição de ensino do Estado da Paraíba. Assim como procurou descrever as Políticas Públicas e Práticas Sociais no processo formativo destes e destas, concomitante às diretrizes educacionais voltadas à EJA no Estado da Paraíba, com propósito de investigar as ações governamentais existentes ou não a esta modalidade de ensino.

Esta investigação, ao analisar as políticas e práticas sociais identificadas como positivas ou negativas pelos estudantes da EJA, que atuam também na sociedade como trabalhadores e trabalhadoras, apresenta importante relevância social, pois permite abrir diálogos com os envolvidos neste contexto, a fim de fomentar contribuições positivas à sociedade em referência a essa modalidade de ensino, concomitante as ações governamentais para este público.

Para coleta de dados Flick (2009), contribui dizendo que ao se delinear o processo da pesquisa qualitativa, percebe-se que as etapas isoladas se encontram muito mais ligadas umas as outras do que no processo passo a passo de uma pesquisa quantitativa. Nesta perspectiva optamos pela utilização da técnica de grupo focal.

O grupo focal pressupõe a existência de um “foco”, ou “tema”, em torno do qual as pessoas irão expor suas ideias, percepções, sentimentos (GUI, 2003). O número de participantes não encontra consenso na literatura, porém consideram-se em média grupos de 5 a 15 pessoas.

Para análise dos resultados foi utilizada a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo-DSC (Lefèvre e Lefèvre, 2000), para pesquisa qualitativa. Os depoimentos são a matéria prima deste método. Consiste em selecionar Expressões-Chave, de resposta individual a cada questão proposta. A essas expressões que correspondam à ideias centrais constroem-se discursos-síntese, na primeira pessoa do singular, sendo estes o Discurso do Sujeito Coletivo, onde o pensamento de um grupo ou coletividade aparece como se fosse um discurso individual.

O embasamento teórico contempla leituras das Diretrizes da Educação Brasileira (portal MEC, Governo Federal), e demais legislações pertinentes à EJA no Estado da Paraíba, e leituras de obras literárias que complementam e aprofundam a temática abordada. Os autores foram selecionados por compartilharem da mesma luta quando o assunto é Educação, incluindo uma breve abordagem de contextualização histórica da EJA a partir da Constituição Federal de 1988, com vistas à última década.

1.1 Instrumento e procedimento utilizado para geração de dados

Utilizaram-se três procedimentos para coleta de dados, sendo: Grupo focal com os/as trabalhadores/as estudantes da EJA, em uma instituição de ensino do Estado da Paraíba; pesquisa documental de políticas públicas e práticas sociais no processo

formativo do/a estudante trabalhador/a que depende da EJA, e estudos sobre as diretrizes educacionais voltadas à EJA no Estado da Paraíba.

A pesquisa percorre o caminho da criticidade frente aos desafios enfrentados por estudantes trabalhadores/as da EJA, concomitante às políticas e práticas sociais no processo formativo dessa modalidade.

1.2 Local de estudo

Núcleo da EJA na Universidade Federal da Paraíba, de João Pessoa/PB, Centro de Educação. O local foi escolhido por ter procura de pessoas de outras cidades do Estado da Paraíba.

1.3 Universo abordado e tamanho da amostra

Entraram na pesquisa trabalhadores/as matriculados na EJA do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, no município de João Pessoa/PB, com residência atual neste Estado. A amostra contemplou 25 (vinte e cinco) alunos e alunas presentes no momento da pesquisa no núcleo da EJA, correspondente ao Ensino Médio, considerando 20% dos alunos matriculados nesse núcleo e nessa modalidade de ensino.

1.3.1 Critérios de inclusão

Alunos(as) da EJA, a partir de 18 anos, presentes no período da pesquisa, cito, Núcleo da EJA, na Universidade Federal da Paraíba, devidamente matriculados no ciclo correspondente ao Ensino Médio de 2019, que desejaram participar, com residência atual no Estado da Paraíba e que assinaram o TCLE.

1.3.2 Critérios de exclusão

Alunos/as do núcleo da EJA da Universidade Federal da Paraíba ausentes no período da pesquisa, ou que não desejaram participar, ou quem se recusou a assinar o TCLE.

1.4 Tratamento e análise de dados

O tratamento teve início na coleta de dados realizado mediante um roteiro de questões semiestruturado elaborado para grupo focal, após apresentações do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e legislações da EJA pautada no PEE (2015-2025), para que os participantes tivessem conhecimento de seus direitos nesta modalidade, com respaldo legal no Estado da Paraíba.

Em etapa posterior foi realizada a análise dos dados, de forma ética, os quais foram transformados em material de conhecimento, com descrição dos resultados encontrados, respeitando e procurando compreender as particularidades individuais. Esta análise foi potencializada com vistas ao perfil dos estudantes, com suas impressões favoráveis ou desfavoráveis à EJA, informados pelos mesmos. (GIL, 2017). O conteúdo foi discriminado de acordo com a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo-DSC (Lefèvre e Lefèvre, 2000), para pesquisa qualitativa.

1.5 Procedimentos éticos

O presente estudo obedece a normas e diretrizes regulamentadas pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 466/2012, que regulamenta as pesquisas envolvendo seres humanos. A resolução descreve que:

A presente resolução incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, referenciais da bioética, como: autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, visando assegurar os direitos e deveres dos participantes da pesquisa a comunidade científica e ao estado (BRASIL, 2012, p.1-2).

O TCLE foi entregue antes, em impresso, para cada participante ler e assinar, autorizando as informações cedidas para a pesquisa. O termo foi escrito numa linguagem de fácil compreensão, onde ficou explícito o objetivo do presente estudo e o método de coleta de dados utilizados, bem como os meios de contatos com os pesquisadores, assegurando o sigilo dos dados coletados durante e após a entrevista esperando assim garantir os direitos e a integridade física, psicológica do indivíduo envolvido, validando desta forma a pesquisa autorizada pelo comitê de ética conforme consta no ANEXO 2.

1.5.1 Riscos e benefícios

Saliento que, segundo a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 466/12, toda pesquisa que envolve seres humanos oferece riscos. Não obstante os riscos potenciais desta pesquisa não apresentarão danos de grande magnitude aos participantes, acrescento ainda que as pesquisas envolvendo seres humanos serão admissíveis quando oferece elevada possibilidade de gerar conhecimento para entender, prevenir ou aliviar um problema que afete o bem-estar dos participantes da pesquisa e de outros indivíduos.

Nesse sentido, o referido estudo não apresentou risco aparente, de ordem física, psicológica, social e educacional aos seus participantes. Importante ressaltar que o local oferecido no núcleo da EJA, na Universidade Federal da Paraíba, apresentou condições éticas e estruturais para a realização da pesquisa. O risco se justificou pela importância do benefício esperado.

Esta pesquisa foi fruto de dissertação de mestrado. Tem como base contribuir à sociedade com diálogos abertos e discussões relevantes ao tema e a possíveis práticas que possam ser despertadas aos leitores. Assim como incentivar novas pesquisas que apresentem uma análise crítica à modalidade da EJA.

Alguns estudantes puderam desistir de participar da pesquisa no momento da coleta de dados. Conforme a Resolução do CNS nº 466/2012. Saliento que todo o

material coletado com as informações será guardado durante cinco anos para possíveis dúvidas a respeito da pesquisa e da coleta de dados.

1.6 Desenho da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de campo, com abordagem qualitativa, exploratória, realizada no núcleo da EJA, na Universidade Federal da Paraíba, localizado no município de João Pessoa/PB, com um grupo de 25 (vinte e cinco) estudantes trabalhadores/as, matriculados no período desta pesquisa, maiores de 18 anos, cursando o ciclo da EJA correspondente ao Ensino Médio, com residência no Estado da Paraíba, pois este núcleo recebe alunos de outros municípios da região, o que enriquece este estudo.

O objetivo é identificar o perfil destes trabalhadores e trabalhadoras, estudantes da EJA, a fim de buscar compreender o processo formativo deste alunado, com vistas à políticas e práticas sociais no Estado da Paraíba, que envolvam esta modalidade educacional.

A coleta de dados foi realizada por meio de grupo focal, Barbour (2009), com escritas individuais das discussões propostas. Os 25 participantes fizeram parte de 3 grupos, sendo 1 grupo formado por 10 estudantes do noturno e dois grupos formados por estudantes do diurno, em dias distintos, sendo estes do diurno 1 grupo de 7 participantes e outro grupo de 8 participantes, respectivamente.

Gatti (2005) define grupos focais como uma técnica de pesquisa qualitativa, derivada das entrevistas grupais, pois as informações são coletadas por meio de interações grupais.

O autor Kitzinger (2000), define o grupo focal como uma forma de entrevistas com grupos, baseada na interação e na comunicação. Como esta metodologia permite flexibilidade na escolha dos registros, optou-se por formalização escrita pelos próprios participantes, na sequência das discussões abertas, que foram conduzidas por mim, pesquisadora presente.

No Apêndice A encontra-se o roteiro proposto a esta pesquisa. No Apêndice B encontram-se as transcrições das falas dos participantes realizadas pelos próprios estudantes, com base no roteiro proposto. A coleta de dados deu-se após apresentação do TCLE, da legislação estadual da EJA e explanação do roteiro e método de pesquisa.

A análise dos dados se deu com a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo-DSC (Lefèvre e Lefèvre, 2000), para pesquisas qualitativas. O presente estudo obedeceu as normas e diretrizes regulamentadas pela Resolução do CNS nº 466/12, para pesquisas envolvendo seres humanos.

CAPÍTULO II

A EJA como políticas públicas: Encontros, legislações.

Analisando as diretrizes educacionais que norteiam a Educação de Jovens e adultos, últimas décadas, considerando o final do século XX, verifica-se forte influência de interesses das classes dominantes, que regem este sistema educacional, onde está inserida esta modalidade de ensino. O fato é impactante no processo educacional deste público, pois é notório que a modalidade de ensino da EJA está em segundo plano, conforme abordado por Camargo e Martinelli (2006). Isto se refere a investimentos em oferta, infraestrutura, qualificação docente, dentre outras ações.

Hermida (2018), aponta questões que permeiam mudanças políticas de formas intrínsecas ao sistema, com análise da influência da ideologia neoliberal que perpassa processos de reformulação do Estado brasileiro, em seu estudo no período de 1995-2018. Esta influência evidenciada é fundamentada nas percepções marxista da história. O autor aborda que os acontecimentos vivenciados no Brasil, nas últimas três décadas têm enfoque com vistas às reformas realizadas neste momento da história, entre ideologia e Estado.

Esta conjuntura apresenta as “reformas” do Estado, como parte de uma revolução social capitalista. O que tem se evidenciado é uma configuração de realidade infra e supraestrutural nova. No governo Temer, de 31 de agosto de 2016 até 31 de dezembro de 2018, as privatizações de refinarias e poços de petróleo fomentam marco “energético”, nestas reformulações do Estado. Assim como os leilões públicos que ganharam forças e incluíram até mesmo as reservas do País como o fundo social do Pré-Sal, conforme abordagem do autor Hermida (2018, p. 57) ao afirmar que:

Com Michel Temer no governo, iniciou-se um processo de reversão neocolonial que levou ao paroxismo a superexploração do trabalho, as oportunidades de acumulação, o processo de desconstrução de históricas conquistas sociais e a ampliação da privatização do Estado.

Isto posto, fazem-se necessárias abordagens críticas embasadas em questionamentos de cunho social em direitos humanos, colocando em pauta os projetos públicos educacionais que estão sendo apresentados. Não podemos aceitar e/ou acatar com naturalidade uma mudança de paradigmas políticos com desconstruções de conquistas sociais importantes, mesmo distantes do ideal democrático, sem devida investigação das possíveis razões por trás de descasos públicos ao direito de educação para todos e todas.

O Estado os oferece apenas como possível remissão e/ou pagamento de dívidas sociais? Qual é o teor de responsabilidade para e pela cidadania entre “iguais”? Críticas sociais com este teor só poderão ser desenvolvidas por meio de uma educação consciente: educação na *práxis*, que é ação – reflexão – ação. Esta abordagem é apresentada por Siqueira (2009), ao dizer que a EJA não existe por acaso, e sim, como forma de resgatar dívidas a população, quanto a educação básica de direito de acesso a todos estabelecida na Constituição Federal de 1988.

Existem necessidades emergentes para jovens estarem ativos no mercado de trabalho cada vez mais cedo, em prol de seu sustento e em muitas vezes do sustento da família a qual está inserido. O autor Siqueira também aponta falhas no próprio sistema pedagógico quando se percebe questões sérias envolvendo discriminação entre pessoas dentro das escolas. Muitas vezes este sistema não é capaz de envolver todos e todas no processo de ensino-aprendizagem. Tanto dentro como fora das escolas verificam-se estas dívidas governamentais.

Jovens, adultos e idosos que procuram seus direitos por estudar, trazem consigo bagagens de histórias, origens, diferentes culturas; e os motivos de retomada estudantil variam de pessoa a pessoa. São necessárias reflexões sobre estes apontamentos de forma crítica. Para tanto é importante fomentar diretrizes de apoio à sociedade para minimizar as falhas do sistema educacional básico que é direito de todos. (SOARES, 2002).

A busca por melhores condições de vida é um dos motivos de desistência escolar por muitos jovens, ou até mesmo escolha por não estudar para trabalhar. Esta é uma realidade atual em várias famílias e comunidades brasileiras, conforme apontado pelo IBGE/2018. Se fossem invertidos alguns parâmetros sociais, favorecendo melhores condições básicas de vida a todos e a todas, com apoio governamental em políticas educacionais voltadas à *práxis* social, ou melhor, em ações sociais transformadoras, proporcionando igualdades de classes, traria importante contribuição para o desenvolvimento da nação.

Os autores Naiff e Naiff (2008), dizem que o retorno aos estudos pelas pessoas que não conseguiram concluir sua Educação Básica no ensino regular, pode trazer reflexo de buscas por promoções sociais, muitas vezes como melhorias pessoais incluindo a recuperação da autoestima. Outras pessoas focam em qualificação profissional, por necessidades impostas pelo mercado. A busca por conhecimento e cultura é um fator importante a ser considerado.

Os autores também abordam um possível risco de ciclo vicioso às pessoas que abandonam seus estudos para trabalhar. Ao estarem ativas no mercado percebem dificuldades de ascensão profissional devido falta de qualificação que normalmente é conquistada por estudos. Este fato marca gerações que de certa forma ficam “aprisionadas” ao trabalho informal. Novamente se evidencia a EJA em segundo plano, pois esta relação de trabalho e estudos, neste ciclo vicioso é predominantemente percebível em pessoas que necessitam desta modalidade de ensino para sua formação, ou concluíram a formação básica por esta modalidade.

De certa forma, esta negligência governamental tornou-se uma “decepção” social que tem perdurado até este momento da história. A falta de formação adequada oriunda do déficit pedagógico apresentado na modalidade para jovens e adultos se evidencia na própria oferta de empregos que está cada vez mais criteriosa em solicitar especificidades de qualificações.

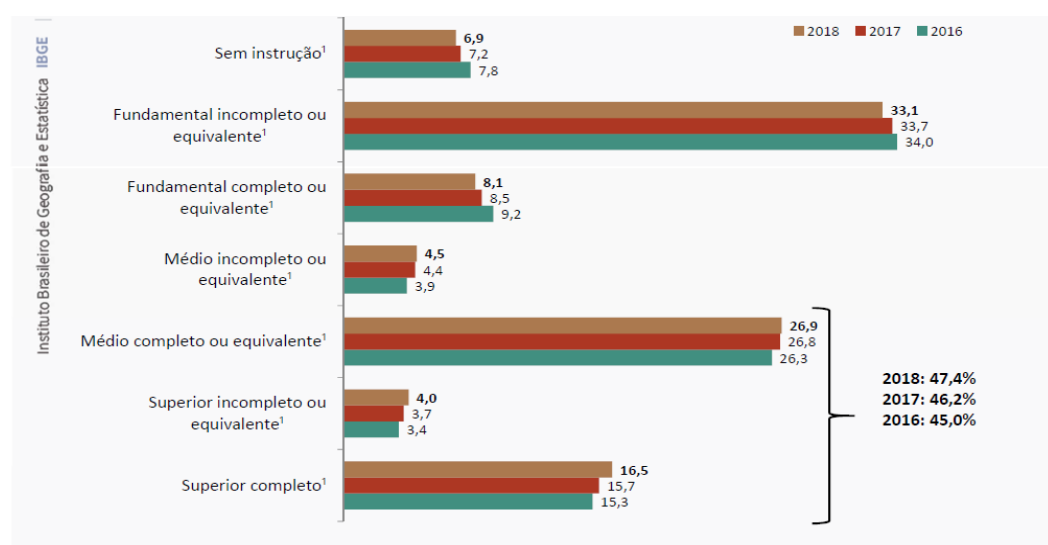
Soares (2002), apresenta uma abordagem crítica à EJA dizendo que resignificar com consciência é repensá-la de forma inclusiva socialmente, com

práticas pedagógicas que contemplem as diferenças sem discriminação. Ao articular demandas estratégicas estabelecidas pelo poder público concomitante à comunidade poderão fazer a diferença às pessoas que se encontram a “margem” da sociedade por fatores de desigualdades, e continuam esperando oportunidades para ter formação digna e inserção social.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada em 2018 pelo IBGE, apresenta dados da realidade brasileira que evidenciam percentuais desde instrução zero até as inconclusões prevalentes na Educação Básica, com significativa relevância a problemática na educação. (IBGE, 2018).

O percentual de quem conclui fora da idade do ensino regular é baixíssimo, conforme apresenta o gráfico da figura 1:

Figura 1 - Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade por nível de instrução (%), Brasil, 2016-2018.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

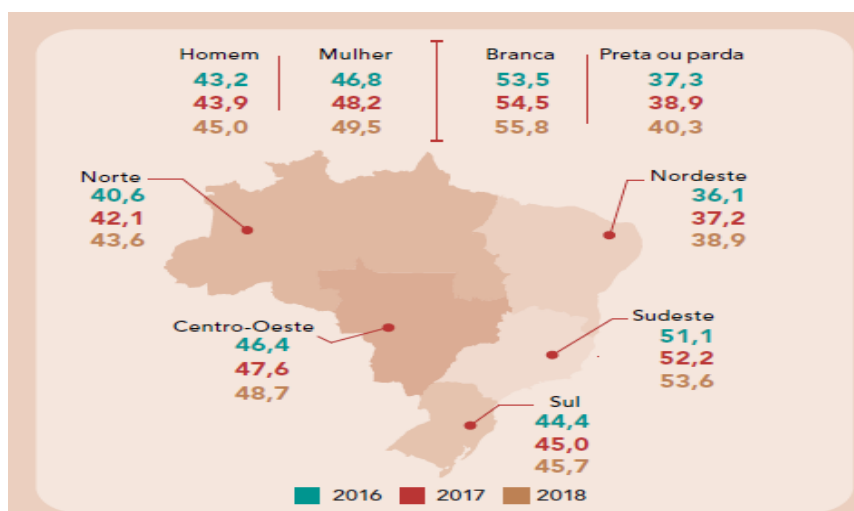
(1) Variação significativa ao nível de confiança de 95%.

Estes dados apontam especificidades de qualificação em conhecimento, pois não são encontradas pelas pessoas que dependem totalmente da EJA para sua

formação. Uma ressalva para este fato está no alto custo de qualificações profissionais que continuam distanciando pessoas menos favorecidas economicamente. A influência de classes dominantes novamente mostra sua participação nos sistemas educacionais com vistas à superestrutura, neste contexto capitalista.

Tomando como base este direito à educação, percebemos ainda percentuais diferenciados entre as pessoas de 25 anos ou mais de idade que concluíram ao menos a educação básica obrigatória, segundo sexo, cor ou raça. Uma evidência real em pleno século XXI, nas regiões do Brasil, conforme apontado pela pesquisa da PNAD/IBGE/2018, apresentada na figura 2:

Figura 2- Percentual de pessoas de 25 anos ou mais de idade que concluíram ao menos a educação básica obrigatória, segundo sexo, a cor ou raça e as Grandes Regiões (%)



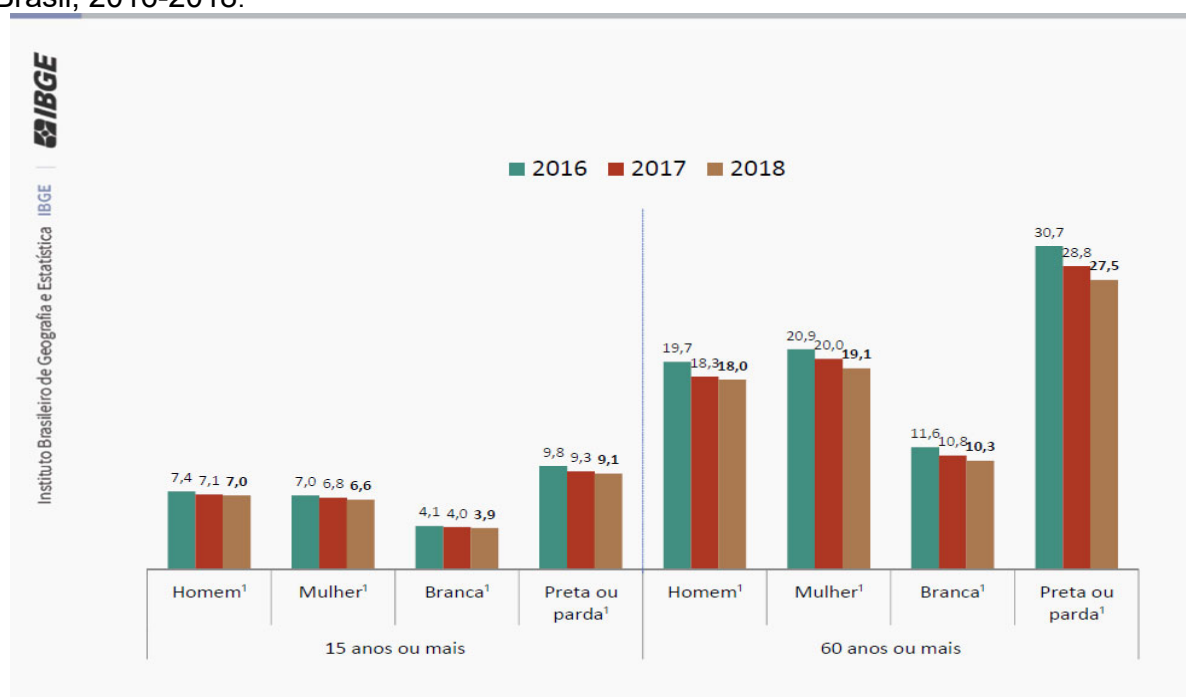
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018. Nota: Variação significativa ao nível de confiança de 95%, para todas as categorias.

Analisando a figura 2, nas particularidades como sexo e raça, estas taxas variam praticamente o dobro ao considerar homens, mulheres, pessoas brancas em comparativo as pessoas pretas ou pardas. O acesso à educação de qualidade está

garantido por lei em nosso país, porém, como prática social, considerando raça, sexo, igualdade de classes, ainda parece utópico diante destas modificações políticas que estão acontecendo nestas últimas décadas.

O direito a educação tem poder transformador, pois além de desenvolver a cidadania, também é capaz de promover a igualdade social. A figura 3 apresenta esta realidade considerando também uma divisão de faixa etária entre 15 e 59 anos e após 60 anos, evidenciando neste caso o índice de analfabetismo.

Figura 3 - Taxa de analfabetismo, por sexo cor ou raça, segundo os grupos de idade, Brasil, 2016-2018.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016 a 2018. (1) Variação significativa ao nível de confiança de 95%.

São negligências principalmente por mudanças de paradigmas sociais, pois deveriam ser favoráveis a democracia. Porém, o que se percebe é a escassez de investimentos governamentais em políticas públicas, com vistas à educação de

qualidade para a EJA. Este fato continua fortalecendo as divisões sociais existentes no Brasil, em pleno século XXI.

Estas negligências estão presentes nos sistemas públicos, que envolvem os direitos básicos a todos. O direito de estudar é universal. (UNICEF,1990). Poder fazer escolhas, ter acesso a formação necessária, poder participar da sociedade em pares, sem “descartes” por preconceitos de raça, cor, idade, classe social, entre ricos e pobres, diferentes culturas ou por falta de qualificação profissional.

Paiva (2006), diz que ainda é muito corrente a visão de que a educação pela EJA se faz para recuperar o tempo perdido daqueles que não aprenderam a ler e a escrever. Isto é, que está no retorno à escola no tempo presente, para fazer o que não foi feito no tempo da infância. Só depois deste pensar, em âmbito social, é que se chega à concepção de direito à educação para todos e todas, e o direito do aprender por toda a vida.

A educação “bancária” abordada por Freire (1987), traz uma relação vertical entre o educador e educando. O educador “bancário” faz “depósitos” nos educandos. Estes passivamente as recebem. Um propósito evidente é a formação de indivíduos acomodados, que não questionem e principalmente que se submetam à classe dominadora.

É emergente a necessidade de repensar uma reversão desta realidade do sistema educacional bancário. É impreterível transformar a modalidade EJA de forma a se transmitir uma educação na *práxis*, onde as pessoas fazedoras de sua própria história sejam incluídas na sociedade como “ser humano” e não como “objetos descartáveis”.

A modalidade da EJA teve uma fundamentação voltada a alfabetização, em sua origem no século passado. (KUENZER, 2005). Porém, fatores sociais e mercadológicos pautados na globalização têm evidenciado necessidades emergentes por uma formação muito mais completa do que ofertada atualmente pela modalidade em pauta. Hoje, com a chegada das TI's (Tecnologias da Informação),

as necessidades em formação vão além de ensinar a ler e a escrever. As interações sociais também estão evidenciadas em redes de informação.

O autor Kuenzer também aponta que a formação intelectual atual vai além das paredes de uma escola, pois é possível acessar o mundo à distância. Eis outros grandes desafios a esta modalidade de ensino. Ele aborda questões educacionais que apresentam dualidade estrutural nas recentes relações de educação e trabalho como uma exclusão includente ou uma inclusão excludente. Diz que a formação de cidadãos se dá nos moldes do sistema, ou melhor, de um sistema pronto.

Complementa ainda que a educação é para “moldar” as pessoas de acordo com os interesses do mercado. Elas saem da escola prontas para “executar” seus deveres de produtividade. Nestas condições a pedagogia entra como uma “técnica de articulação capitalista” inserida em uma superestrutura. Esta temática abre discussões para outras pesquisas emergentes. Há muito o que fazer na própria formação básica que se encontra aquém das exigências sociais atuais.

Esta crítica abrange toda a rede de ensino e sistemas envolvidos. É um fato que tem marcado as últimas gerações, após revolução industrial, século XIX. Quando nos percebemos inseridos em uma sociedade informatizada, porém com sérias questões sociais devido às exclusões evidenciadas nos próprios sistemas educacionais, só aumentam nossas responsabilidades, como educadores, em ressignificar criticamente o sistema de ensino que seja inclusivo na prática.

2.1 O processo formativo e a condição de estudante da EJA: Escolarização à prática social

Saviani (2014), apresenta uma abordagem crítica social para questões que envolvem gestão educacional, com responsabilidades federativas. Ao ser articulado regime de colaboração no contexto do plano nacional de educação, entre todos os

setores sociais envolvidos, é evidente uma aproximação em perspectivas positivas para uma formação na *práxis*, pois é necessário desenvolver-se uma “consciência” inclusiva.

A EJA precisa ter prioridade nacional nesta ressignificação curricular, devido ao alto número de analfabetos ou pessoas que não concluíram seus estudos no ensino regular em idade apropriada, apresentadas em pesquisas do IBGE/2018. As implicações do plano nacional da educação com vistas a uma escola democrática continua sendo um desafio que envolve uma visão sistêmica de classes. (IBGE, 2018).

Paiva (1987), diz que a Educação de Jovens e Adultos serve para as camadas populares da sociedade, e que a gratuidade deve ser garantida para todos. Por fazer parte de uma educação popular, a educação pela EJA inclui ofertas noturnas justamente para alcançar os trabalhadores ainda sem formação básica. A autora complementa dizendo que, no entanto o que se presencia é ainda uma desconsideração com o pedagógico em consequência das burocracias administrativas. Segundo ela, o que considera ainda mais grave são as sedimentações dos sistemas vigentes referentes às ordens dadas e decisões unilaterais que os educadores da EJA têm que “engolir”.

A responsabilidade em transformar esta realidade é problema de todos e todas. Os incentivos às práticas educacionais da EJA que até apresentam evidências em projetos, os quais buscam a amplitude de um ensino com qualidade, para formação de indivíduos em condições igualitárias, está muito aquém da realidade. Estes projetos tornam-se enfraquecidos diante das necessidades sociais, considerando o atual contexto que o Brasil se encontra em meio às “reformas” do Estado, como parte de uma revolução social capitalista em meio a mudanças políticas (HERMIDA, 2018).

A alfabetização precisa existir com autonomia. Trabalhar questões intrínsecas para que o alunado tenha condições de acompanhar o processo de ensino-aprendizagem na velocidade que estão chegando as informações nesta era virtual, torna-se um desafio ainda maior quando o público é composto por jovens e adultos analfabetos, ou sem conclusão da formação básica. É uma realidade emergente nunca

antes vista ao procurar acompanhar a velocidade do conhecimento, na era da informação.

As políticas educacionais da EJA não têm conseguido acompanhar esta nova era e nem tem atualizado os currículos adequadamente para esta modalidade de ensino de forma contínua, voltado à realidade emergente. Estas evidências encontram-se presentes ao estudar o Plano Nacional da Educação e Plano Estadual da Educação. Das e Poole (2008), dizem que ainda estão rasos os incentivos em políticas educacionais para valorizar as pessoas que estudam pela EJA, a fim de desenvolverem-se intelectualmente. Há carência em diretrizes que fomentem o alunado desta modalidade em agentes transformadores de seu meio e realidade. Os conteúdos ministrados não “chegam” às necessidades reais das pessoas. Segundo os autores, este fato é evidente também nas outras modalidades de ensino, e em outros países.

Outra importante complexidade está na carga horária reduzida da modalidade EJA, pois alega-se por este motivo a dificuldade de realização mais ampla e igualitária. Porém, os conteúdos selecionados muitas vezes não têm aderência a realidade destas pessoas que possuem bagagens de vida e vivências mercadológicas diferenciadas do público provindo de escola regular.

Ressignificar o currículo voltado a uma formação mais ampla em contextos culturais, históricos, humanos, unificado às experiências individuais, sociais, com temáticas que promovam maior consciência no ambiente científico, aproximando as tecnologias com aplicabilidade prática, esta carga horária tornar-se-ia mais produtiva com vistas à autonomia.

Freire (2000), ao abordar a educação como prática da liberdade, evidencia a necessidade de aproximação dos saberes individuais como trocas coletivas, que se tornam enriquecedoras no contexto escola e mundo. As temáticas científicas ganham um significado diferenciado ao serem inseridas em contextos práticos, do dia a dia, apresentados pelas vivências pessoais. Desta forma evidencia-se um fôlego novo para a aprendizagem, pois promove uma maior consciência do papel da ciência, da

tecnologia, e de cada pessoa como “ser fazedor de sua história”, e verdadeiramente incluído na sociedade.

A forma mais usual encontrada nos sistemas educacionais é a de se trabalhar conteúdos por vezes fragmentados. Este é um empecilho inegável para uma visão ampla de mundo com vistas ao conhecimento. A falta de integração de conteúdo, que muitas vezes não é apresentado em atividades práticas e nem mesmo perpassa possíveis práticas sociais, contribui fortemente para alienação do alunado. É uma prática bancária que alimenta a perpetuação da desigualdade social. Desta forma mantém-se a exclusão social das pessoas que concluem seus estudos pela modalidade da EJA, muito bem abordado por Kuenzer (2005).

A mesma autora faz uma crítica à EJA, nestas condições que por vezes é considerada a conferir uma “certificação vazia”. Porém o Plano Nacional de Educação-PNE, é um instrumento de alcance em políticas educacionais, com forças capaz de promover mudanças em implementações justas e igualitárias de educação. São desafios de considerável relevância ao se questionar a “eficácia” das políticas educacionais que “atendem” ao Estado brasileiro.

Ao buscarem-se novos paradigmas teóricos e pedagógicos voltados à EJA, evidenciam-se dificuldades em como formar estas pessoas que ingressam nesta modalidade de ensino. Os motivos estão em seus distintos contextos sociais, suas diferentes idades, seus diversos trabalhos e necessidades mercadológicas, dentre outras situações do dia-a-dia que envolvem responsabilidades familiares, como criação de filhos. As propostas didático-pedagógicas existentes encontram-se na maioria das vezes distantes deste público, pois estes e estas trazem consigo estas muitas particularidades às quais precisam ser consideradas. Realidades que precisam ser aproximadas nas trocas de saberes no contexto de sala de aula, e não distanciadas.

Seus valores, suas habilidades, seus conhecimentos adquiridos por suas vivências jamais deverão ser ignorados, mas alcançados e interligados às ciências. Freire (1980, p. 82 e 83) diz que:

O progresso só acontecerá em meio ao diálogo, pois as aproximações e trocas de saberes tem poder transformador social. Por meio da dialogicidade entre docentes e discentes é possível evidenciar problematização em vivências reais. Pois quanto mais refletir sobre a realidade, sobre sua situação concreta, mais emerge, plenamente consciente, comprometido, pronto para intervir na realidade para mudá-la.

É importante que diálogos com abordagem crítica, consciente, estejam presentes nas ações que compõe as políticas públicas, as diretrizes educacionais, o PNE, os Planos Estaduais, os Conselhos, os Ministérios, as redes municipais, dentre tantos órgãos que perpassam a sociedade, para um desencadeamento de problemas reais em prol de uma sociedade liberta, justa, de iguais, com mesmos direitos. Isto só é possível quando há estímulo entre pares na produção do conhecimento.

Strelhow (2010), afirma que a atual situação do Brasil para as políticas educacionais à EJA, ainda demonstram não ter conseguido na prática, a educação para todas as pessoas, como garante a constituição. Milhares de pessoas espalhadas pelo Brasil, ainda não foram alcançadas por este direito básico à educação.

No Estado da Paraíba o FEPAD-PB – Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica da Paraíba, conforme consta no PEE (2015-2025), tem sido um aporte de debates onde as pautas são preocupações à EJA. Estes fóruns levantam temáticas reflexivas do ponto de vista prático sobre o que e como a formação docente vem se constituindo em nosso Estado, sob diversos olhares, conforme descrito no próprio site do FORUMEJA (2011), e que está em vigor desde o PEE, com vigência anterior.

O Governo da Paraíba, por meio da Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia (SEECT), apresentou o projeto SER EJA, lançado no segundo semestre de 2018. Este projeto chegou como um grande incentivador aos alunos da Educação de Jovens e Adultos e como ponto positivo evidenciou-se maior procura pelo curso, pois o número de matrículas aumentou em 33%, conforme apresentado no site do governo da Paraíba. (PARAÍBA, 2020).

Este projeto contou com a participação de 28 escolas, no plano piloto, sendo 25 Escolas Cidadãs Integrais, e 3 escolas que ofertam a modalidade EJA, presencial e semipresencial, nas cidades de João Pessoa, Campina Grande, Bayeux e Santa Rita. O site do governo aponta 3.500 alunos beneficiados com o projeto SER EJA Cidadã em 2018, e em 2019 as matrículas aumentaram para 4.669. Também informa que são mais de 58 mil alunos da EJA em toda a rede Estadual da Paraíba. (PARAÍBA, 2020).

A centralidade da proposta metodológica deste projeto SER EJA Cidadã está nos direitos destes e destas estudantes, com vistas ao protagonismo pedagógico à EJA, evidenciando as trajetórias vividas do alunado. O incentivo à participação destes estudantes ao projeto é um agente integrador no processo educativo entre discentes e docentes. São experiências trocadas e trazidas ao contexto pedagógico.

O projeto prevê processo de formação inicial e continuada evidenciando a teoria da problematização. Novamente os fóruns aparecem como importantes fomentadores de conhecimento, pois os estudantes participam com escolhas de temas para estes encontros de discussões propostos no projeto, e os professores mediam com a interdisciplinaridade entre os conteúdos levantados nas discussões, sem desconsiderar as trajetórias de vida dos estudantes envolvidos com o projeto SER EJA Cidadã. (PARAÍBA, 2020). Para dar fôlego aos fóruns no Estado da Paraíba, 351 professores receberam formação, abrangendo os municípios envolvidos.

Outra temática que o governo da Paraíba tem levantado por meio da secretaria da Educação é referente aos cursos semipresenciais à EJA. Esta proposta está em fase inicial, apresentada em Seminários Estaduais de Jovens e Adultos. O primeiro foi realizado em julho de 2019, conforme informado no site do governo do Estado. (PARAÍBA, 2020). Esta proposta tem como principal intuito possibilitar aos estudantes que trabalham, e não conseguem estar presentes todos os dias de aulas, concluírem seus estudos fora da escola, com o auxílio das novas tecnologias em redes.

Para tanto são necessárias adequações à realidade dos estudantes da EJA nesta proposta Semipresencial, com vistas ao mercado de trabalho e novas tecnologias. As metodologias precisam ser promovidas a fim de garantir o aprendizado

deste público que neste contexto de aulas no Semipresencial terão desafios ainda maiores dos que encontrados no ensino presencial.

Introduzir tecnologias como *internet*, plataformas e materiais disponíveis em rede de Educação à distância, mesmo que parcial, requer aulas específicas e formação aos docentes e ao alunado. Aos estudantes que chegam sem conhecimento de *internet* necessitam de acompanhamento docente adequado, com aulas diferenciadas, respeitando o grau de analfabetismo identificado.

Aulas de introdução básica para uso das tecnologias de informação, computador, *internet* e demais ferramentas, são imprescindíveis para que este público consiga ter acesso aos conteúdos disponibilizados em redes, nesta modalidade do Semipresencial. Essa proposta apresentada pela Secretaria do Estado da Paraíba (2019), para novas inserções de metodologias à EJA é um campo em processo inicial, portanto, ainda se encontra no papel e em debates entre agentes. (PARAÍBA, 2020). Os docentes precisam estar preparados para este novo desafio.

Miranda (2008, p. 79), aborda a importância da formação inicial dos pedagogos quanto a contribuição na formação de docentes para a EJA, ao dizer que

Uma proposta de formação requer acima de tudo uma reflexão acerca da sua intencionalidade, dos seus pressupostos teóricos, filosóficos, metodológicos e outros. Pensar o processo inicial de formação docente implica, acima de tudo, rever e analisar as intencionalidades que permeiam esse processo, ou seja, o seu currículo. Este por sua vez não acontece no vazio, é perpassado pelas relações sociais, históricas, culturais, afetivas e outras que poderíamos mencionar.

Ações que estão no campo das ideias, como o caso da EJA em modalidade Semipresencial para o Estado da Paraíba, antes das ações práticas existem as adequações curriculares, pois se trata de processos educacionais, porém: Até que ponto o currículo dá conta de demandas no contexto da EJA em relação aos saberes da formação inicial de professores desta modalidade concomitante a prática pedagógica?

Este assunto específico fomenta possíveis debates e inquietudes para novas pesquisas, com um vasto campo de exploração. Ao evidenciar possibilidades, o que precisamos é repensar o conceito de educação para jovens e adultos. A vontade de ler e de aprender este público possui, porém de forma mais ampla.

2.2 O estudante da EJA e o mundo do trabalho: Dilemas e possibilidades

Ao retomar seus estudos uma pessoa adulta tem como desejo maior se preparar para o trabalho, conseguir autonomia e sucesso profissional. Estas características estão presentes no contexto capitalista que vivemos. Rummert (2007) apresenta questões da EJA no século XXI, desde dilemas a possibilidades. Diz que o adulto que procura a escola não quer apenas aprender a ler e a escrever, pois este estudante da EJA também procura atualizações em seu contexto social.

Esta característica está em quem carrega experiências vividas, tanto no mercado de trabalho quanto em âmbito familiar. Portanto, os estudantes da EJA necessitam bem mais do que a escrita ou leituras tradicionais, eles precisam entender as problemáticas nas entrelinhas de “ser” e “estar” exercendo uma cidadania plenamente (PAIVA, 2005).

A autora aponta que este é um desafio vivenciado pelos docentes da EJA, tanto quanto pelos estudantes dessa modalidade. As problemáticas que envolvem esta temática, de certa forma se entrelaçam com o cansaço, as dificuldades de aprendizagem e, não menos importante, as necessidades de valorização destes estudantes, os quais trazem bagagens culturais e trajetórias vividas no trabalho, pois a grande maioria são trabalhadores que retomam seus estudos.

Considerando que a educação para jovens e adultos precisa estar preparada à diversidade deste público, a Constituição Federal de 1988 evidencia a Educação como base para o exercício da cidadania. Porém, é necessária a participação efetiva do governo e de toda sociedade para que estes dilemas e possibilidades que permeiam

esta modalidade de ensino sejam de fato superados, pois ainda é pauta importante a ser resolvida, concomitante com a real necessidade destes estudantes trabalhadores.

Os dilemas e possibilidades estão presentes no contexto histórico da EJA, porém com algumas variações de abordagem, desde direito aos recursos envolvidos. Na Constituição, no art. 6º, menciona a educação como um dos direitos sociais. Mais adiante, no artigo 205 aparece como direito de todos. E no artigo 208 apresenta como

Dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...) VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 1988).

Na Conferência Mundial que ocorreu em 1990, em Jomtien, Tailândia, foi reconhecido como fracassadas as campanhas de alfabetização para todos. De certa forma teve impacto aqui no Brasil e a Educação de Jovens e Adultos voltou em pauta pela União no ano de 1997. Em parceria com poder público e a sociedade criaram o Programa Alfabetização Solidária. Nesse mesmo ano também ocorreu em Hamburgo a V Conferência Internacional de Educação de Pessoas Jovens e Adultas (CONFINTEA).

Esta conferência influenciou na mobilização para preparar pessoas que iriam participar e que fossem ou estivessem envolvidas com a EJA no Brasil. Como envolveu articulações em quase todo o país foram criados vários Fóruns Estaduais, com cronogramas de encontros anuais para este fim.

Porém, após a conferência ocorreram ainda mais 6 encontros intitulados de ENEJAs (Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos), sendo o último realizado em Porto Alegre/RS no ano de 2004. Outras possibilidades alavancaram em prol da EJA e foram organizados Fóruns Estaduais distribuídos em 24 Estados no Brasil.

Na Paraíba, a partir destas iniciativas nacionais, o Fórum tem mantido plenárias itinerantes, para facilitar às discussões em torno das políticas públicas que envolvem esta modalidade, porém com poucos municípios participantes sendo estes a Capital

Paraibana João Pessoa, Guarabira, Campina Grande e Cajazeiras, conforme consta no PEE (2004).

Este fórum se caracteriza como movimento social educacional com a inclusão de diferentes instituições paraibanas que estejam diretas ou indiretamente envolvidas com Educação de Jovens e Adultos. Além de oportunizar pesquisadores, educadores, técnicos a participar destes eventos, alcança também dirigentes, lideranças, assessores governamentais e não governamentais, do Estado da Paraíba, que estejam interessados na formação para a cidadania (PARAÍBA, 2019).

Ao estudar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n. 9.394/96, no que diz respeito à Educação de Jovens e Adultos, a mesma garante a flexibilidade nos sistemas para incluir este público diferenciado. O art. 37, diz que a EJA é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos, no ensino fundamental e médio na idade apropriada. (BRASIL, 1996).

Complementa apontando esta responsabilidade aos governantes para implementação, com oferta gratuita de acesso e permanência à escolarização da alfabetização ao ensino médio para todos e todas, que se enquadram aos requisitos da idade mínima de 15 anos para o ensino fundamental e de 18 anos para o ensino médio. Estes requisitos da idade também devem ser contemplados na realização de exames de certificação com finalidade de suplência à educação básica.

Importante ressaltar que é compromisso governamental implantar e implementar medidas que garantam educação nos mais diferentes espaços, como para jovens e adultos em privação de liberdade que está previsto no Parecer CNE/CEB nº 4/2010 e na Resolução CNE/CEB nº 2, de 19/05/2010. (MEC, 2010). Para indígenas, ciganos, quilombolas, em assentamentos de Movimento Sem-Terra (MST), e outros que necessitem desta modalidade.

Esta oferta deve ser gratuita e com parcerias entre instituições, sejam elas públicas ou privadas, pois só alavancará em regime de colaboração entre governos e demais órgãos representativos, como Conselhos Estaduais e Municipais, Ministério da

Educação, dentre outros, os quais devem se unir em prol destas políticas públicas de Educação para Jovens e Adultos.

A instabilidade de recursos para esta modalidade de ensino também é evidente, pois nos anos de 1998 e 1999, com o veto do Presidente da República ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), cada aluno foi interpretado por gestores como despesa a mais, por não existir recursos para bancá-los.

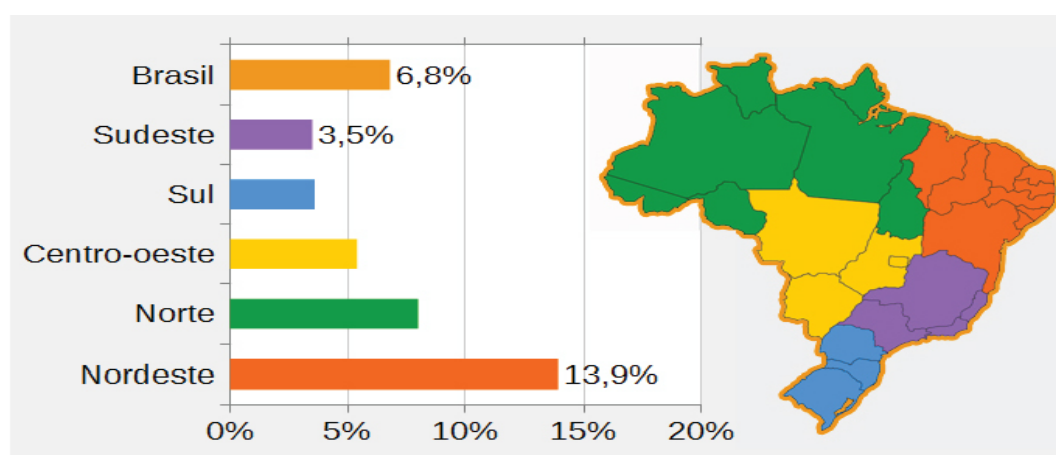
O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) que entrou em vigor em 2007 e se estenderá até 2020, está destinado a cobrir com recursos toda a educação básica, desde creches até Ensino Médio. Veio em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que vigorou de 1997 a 2006. Com o veto, ocorreram migrações de alunos das classes de EJA para classes noturnas que ofertavam Ensino Fundamental.

Outros instrumentos normativos como o Parecer CNE/CEB nº 11/2000, da Resolução 01/2000, de 05 de julho de 2000, consolidam a legislação própria para a Educação de Jovens e Adultos, estabelecendo diretrizes curriculares. Consequentemente, dos anos 2000 a 2004 existiram crescimento de matrículas para a modalidade da EJA, em todo o Brasil. Isto se deve ao Programa Recomeço, que colaborou com recursos na rede pública, e hoje colabora com o nome de Fazenda Escola. Este incentivo governamental foi muito bem-vindo ao Estado da Paraíba.

Os recursos federativos existem para uma construção de sociedade melhor. Estes recursos, sendo melhores direcionados na expansão da Educação de Jovens e Adultos, contribuirão a uma reconfiguração social quando a pauta é igualdade de acessos a conhecimentos, já que estamos tratando nesta pesquisa da EJA como parte da Educação Básica e direito de todos. Isto implica em prioridades sociais voltadas à verdadeira prática, assim como fomentar atitudes de mudança de reconfiguração social cientes de que a Educação é transformadora.

Contudo, os desafios continuam enormes em prol de igualdades sociais concomitantes às políticas públicas, focadas nos sistemas educacionais. É emergente a resolução da problemática educacional que persiste manter o Nordeste com a maior taxa de analfabetismo do Brasil, conforme a PNAD/IBGE/2018, apresentado na figura 4:

Figura 4 - Taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais de idade/2018



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2018.

Ser cidadão e cidadã é poder estar inserido em uma sociedade onde políticas e práticas sociais de fato façam a diferença no dia a dia de cada pessoa. O direito constitucional assegura a todos estas inserções sociais, porém é evidente o quanto ainda precisa ser feito em prol de uma sociedade que seja entre iguais, com mesmos acessos, inclusive na educação.

A Resolução CNE/CEB nº 3, de 15 de junho 2010, estabelece diretrizes operacionais para esta modalidade de ensino, contribuindo para flexibilizar ainda mais esta área educacional. As diversas características e especificidades que envolvem discentes jovens e adultos, que necessitam de formação básica e estão fora da idade do sistema educacional regular, apresenta crescente desafio que vão desde adequações curriculares à questões sociais.

No contexto histórico da EJA, há muito referenciado por diversos autores e distintos trabalhos de pesquisadores da área, apontam atuações sociais na Educação de Jovens e Adultos, emergido como uma educação popular, ou por meio de sindicatos, ou ainda associações de bairros, ou por movimentos religiosos, sem deixar de fora os empresários interessados em mão de obra melhor qualificada.

Ao verificar-se esta oferta de educação para este perfil de cidadãos e cidadãs, na Paraíba, percebe-se um marco importante nesta trajetória a partir de 2003, quando o Estado aderiu ao Programa Federal Brasil Alfabetizado. (MEC, 2019). Esta adesão ao programa aparece com maior intensidade mediante parcerias estabelecidas com a rede de ensino, a partir de 2005, porém ainda é expressivo o percentual de analfabetos no Estado. A tabela 01 apresenta um vislumbre deste registro extraído do censo IBGE/2010, contido no Plano Estadual de Educação da Paraíba (2015 – 2025).

Tabela 01 - Percentual de não alfabetização do Estado da Paraíba, por faixa etária (2010).

Faixa Etária	População Total	Alfabetizados	Não Alfabetizados	% Não Alfabetizados
15 a 19 anos	352.977	337.823	15.154	4,29%
20 a 29 anos	674.031	618.200	55.831	8,28%
30 a 39 anos	558.012	453.622	104.390	18,71%
40 a 49 anos	458.170	340.751	117.419	25,63%
50 a 59 anos	319.072	216.772	102.300	32,06%
Acima de 60 anos	451.385	229.870	221.515	49,07%
TOTAL	2.813.647	2.197.038	616.609	21,91%

FONTE: IBGE/CENSO/2010.

Analisando as faixas etárias apresentadas na tabela 01, a partir dos 15 anos, contabilizando de 10 em 10 anos, o percentual de não alfabetizados cresce com variação aproximada a 50%. No público adulto e idoso encontram-se a maior concentração de analfabetos. Observando o percentual total, esta situação diz respeito à quinta parte da população paraibana. É no mínimo preocupante esta desigualdade social que perpassa a Educação básica, sendo um direito de toda sociedade.

A taxa de analfabetismo na faixa etária a partir dos 15 anos, na Paraíba, é apresentada na tabela 02:

Tabela 02 - Taxa de Analfabetismo na Faixa Etária de 15 anos ou mais na Paraíba (2011, 2012 e 2013).

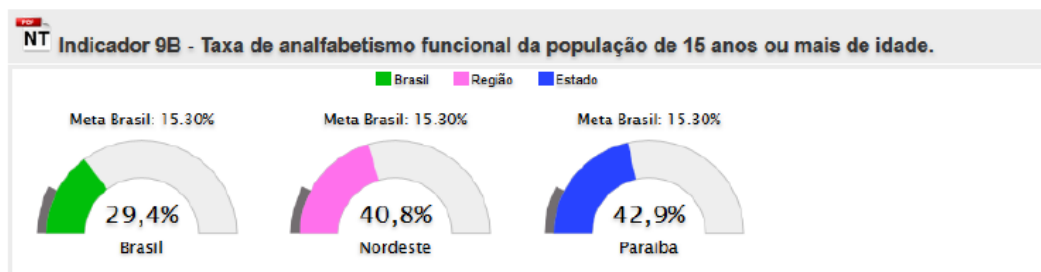
Ano	Taxa de Analfabetismo
2011	17,25
2012	18,6
2013	18,2

FONTE: IBGE/PNAD/2013.

Considerando os três anos apresentados, a taxa de analfabetismo na faixa etária de 15 anos ou mais, de 2011 para 2012, teve um acréscimo considerável, sendo que deveria haver decréscimo. Este fato contempla questões intrínsecas que permeiam desde condições de sobrevivência (optar só por trabalhar), até problemas de ofertas da modalidade da EJA. Porém, não é nada justificável às governanças que têm dever em tomar ações reversíveis para resolver estas questões referentes à Educação para todos e todas.

A tabela 3 apresenta outra pesquisa realizada pelo IBGE/2013, com uma situação ainda mais complexa e alarmante referente ao analfabetismo funcional, sendo que a Paraíba aparece com a maior taxa do Nordeste; isto é, 42,9 %.

Tabela 03 - Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade



FONTE: IBGE/PNAD/2013.

Este tipo de analfabetismo refere-se a pessoas que sabem ler e escrever minimamente, porém não compreendem textos simples. Dificuldades de interpretação, assim como fazer simples operações matemáticas são evidentes, pois não conseguiram desenvolver habilidades básicas. Esta abordagem é apresentada pelo Indicador de analfabetismo INAF (2018). Aí está mais um grande desafio à educação brasileira, sendo assunto complexo para novas pesquisas e tomadas de ações conjuntas.

O desafio do poder público ainda é gigante ao que diz respeito à escolarização de jovens e adultos, em nosso Estado, pauta deste estudo. Isto implica em aproximações culturais, étnicas, e tantas quantas exigirem inclusão, como estratégias de inovação para atrair estes cidadãos e cidadãs que estejam longe da Educação básica. Esta longitude é intrínseca, pois envolve também questões sociais complexas e desafiadoras no campo educacional.

Inclusive fatores que incluem outras necessidades especiais, porém, não deixando de fora as longitudes geográficas, devido muitos desafios que implicam em ter e manter escolas no âmbito rural, por exemplo, ou até mesmo outras regiões que estejam fora dos grandes centros.

Quando atentamos ao mercado de trabalho, a EJA costuma estar atrelada às razões de formação para trabalhadores alfabetizados e certificados, pois hoje predomina nos anúncios de emprego uma exigência mínima de escolaridade, passando do Ensino Fundamental para o Ensino Médio. A LDB de 1996, em seu Artigo 1º, § 2º, diz que “a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (BRASIL, 1996).

Esta afirmação corrobora ao que ouvimos e vemos no senso comum, que aponta a EJA como uma educação que visa o mundo do trabalho, uma projeção profissional (BRASIL, 1996). Para tanto a Educação Básica passa a ter uma apropriação mais técnica e isto implica em várias outras demandas e adequações curriculares para esta modalidade.

A EJA, por incrível que pareça, ainda é um campo em desenvolvimento, pois os questionamentos aumentam cada dia mais diante das necessidades de cidadãos e

cidadãos em ler e escrever para estarem preparados ao mercado de trabalho, o qual cada vez mais apresenta exigentes qualificações específicas de acordo com a área ou categoria empresarial, com vistas à chegada emergente de novas tecnologias em rede.

Para “resolver” esta necessidade básica, existe uma mescla de possibilidades e são elas, conforme apresentado na LDB: educação profissional técnica integrada ao Ensino Médio na modalidade EJA; educação profissional técnica concomitante ao Ensino Médio na modalidade de EJA; formação inicial e continuada ou qualificação profissional integrada ao Ensino Fundamental na modalidade EJA; formação inicial e continuada ou qualificação profissional integrada ao Ensino Médio na modalidade EJA; formação inicial e continuada ou qualificação profissional concomitante ao Ensino Médio na modalidade EJA. (BRASIL, 1996).

Analizando uma possível proporção em parâmetros qualitativos e quantitativos aos desafios em construir políticas educacionais adequadas à realidade da EJA, torna-se utópico em uma sociedade com características desiguais, discriminatória, preconceituosa e intolerante. Para chegar a um viés de avanços palpáveis as reais necessidades desta modalidade, faz-se necessário trabalhar uma cultura educacional de direitos inalienáveis a todos e a todas.

São necessários incentivos governamentais que alcancem o Ensino Superior a fim de habilitar profissionais capazes de atender esta demanda de estudantes da EJA, neste novo contexto social que está se formando envolto às tecnologias emergentes. A educação se encontra inserida em todas as áreas sociais incluindo as produtivas (intelectuais/materiais).

O grande desafio para políticas e práticas sociais no processo formativo de jovens e adultos trabalhadores no Brasil e Estado da Paraíba, está em conseguir ultrapassar programas que esporadicamente contribuem, mas que não permanecem por falta de sustentabilidade política e compromisso com os cidadãos e cidadãs que necessitam desta modalidade de ensino. As especificidades destas pessoas precisam ser respeitadas e asseguradas com garantias além do papel: um compromisso social.

O Plano Estadual de Educação – PEE, da Paraíba consiste em um grande instrumento de ação legal com propósito de contribuir às superações das questões complexas que permeiam a modalidade da EJA. Porém só será possível quando existir comprometimento social. Um projeto em si não apresenta resultados enquanto não se torna prática. A oferta de uma educação para todos e todas com qualidade, compõem os segmentos populacionais do estado da Paraíba, independente de município ou cultura, ou cor, ou credo, ou etnia. É um direito a ser respeitado na práxis, isto é, com consciência.

O Comitê Paraibano de Educação em Direitos Humanos – CPEDH surgiu para compor o PEE do Estado (2015-2025, p. 81), apresentando as seguintes estratégias:

- 13.1. Garantir a inclusão de práticas pedagógicas na educação que contemplem a educação em direitos humanos no sentido da convivência e respeito entre os diferentes, a mediação de conflitos e a educação para a paz;
- 13.2. Apoiar, técnica e ou financeiramente, a elaboração de materiais didático-pedagógicos para educação em direitos humanos e diversidade sociocultural;
- 13.3. Monitorar o encaminhamento dos casos notificados de violência e discriminação da/na escola articulando a rede de proteção social;
- 13.4. Promover a inserção da educação em direitos humanos, conforme as diretrizes nacionais nos processos de formação inicial e continuada dos trabalhadores da educação nas redes de ensino, no sistema prisional e nos estabelecimentos de medidas socioeducativas;
- 13.5. Estimular os estudos de educação em direitos humanos e de diversidade, na formação inicial e continuada dos profissionais da educação, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, de forma interdisciplinar, transdisciplinar e transversal, articulando-os à promoção dos direitos humanos (meta do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos).

A EJA na Paraíba precisa ser fortalecida em uma educação de fato para todos, com diretrizes curriculares adequadas a uma “singularidade que coloca o Estado numa posição de destaque no cenário nacional”, conforme aponta a PEE (2015-2025, p. 82). Esse fato se dá ao considerar que em nosso território existem múltiplas etnias: indígenas, quilombolas e ciganas, que, pela primeira vez na história da Paraíba, recebem o devido realce em um Plano Estadual de Educação.

Para tanto, os investimentos governamentais precisam levar em consideração diferentes espaços físicos que possam viabilizar acessos aos diferentes públicos que compõe o alunado da EJA na Paraíba. Mapear geograficamente as regiões que estão mais distantes dos grandes centros, incluindo os ambientes rurais a fim de “alcançar” as pessoas que se encontram nestes lugares, com uma educação de qualidade, é um tanto desafiador, porém necessário.

Incluir nos currículos da EJA adequações pedagógicas interativas, conforme aborda Kuenzer (2005), e construir ambientes acessíveis a este público tão distinto são iniciativas fundamentais para disseminar o conhecimento que é direito de todos e todas. Trabalhar a formação docente para este público com uma visão na *práxis*, são diretrizes que só poderão se transformar em ações quando houver conscientização participativa da sociedade com o poder público, pois uma sociedade desenvolvida é fruto de justiça social.

Conforme pesquisa apresentada no G1/PB/2019 (g1.globo.com), com dados extraídos do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas) para o Estado da Paraíba, existem 58 mil alunos matriculados na Educação para Jovens e Adultos. Estes dados apontam que no período de 2014 a 2017, mais de 30 mil alunos se formaram na EJA da rede estadual. (GLOBO, 2019).

A rotina de trabalho está entre as maiores dificuldades que os alunos apresentam como forte motivador a desistência de estudar. Nas escolas municipais de João Pessoa, 4.476 se formaram no Ensino Médio ofertado pela EJA, e 5.057 desistiram do curso. De acordo com os dados fornecidos pela Secretaria de Educação e Cultura de João Pessoa, na capital, de 2014 a 2017, mais de mil alunos desistiram por ano ciclo. (PARAÍBA, 2019).

Rummert (2007), diz que na realidade, o que se destaca é o papel regulador da educação, pois para “manter” a ordem social, os programas educacionais, despontam para propiciar aos mais pobres alguma forma de “inclusão social”. Esta evidência aparece no que se refere às ações no âmbito da EJA. E mesmo vivendo tempos

denominados neoliberais ou pós-modernos, a instrução para os trabalhadores, continua em doses homeopáticas, como vivenciado nos anos 80, marco da EJA no Brasil.

Miranda (2011), contribui com uma reflexão sobre as questões das especificidades da EJA, ao dizer que estes estudantes têm o direito garantido à educação de qualidade, assim como a escola tem o dever de fortalecer aspectos em prol da cidadania, da democracia e da participação, respeitando as diversas vozes que se pronunciam no cotidiano escolar. O referido autor diz que:

Repensar a organização do trabalho pedagógico na Educação de Jovens e Adultos é necessário para mudar aquilo que não serve mais, que não acrescenta muito, a fim de trabalhar na construção de novas relações, o papel do professor e dos estudantes, como protagonistas, é o de ressignificar a sua condição de docente e de discente, respectivamente, pois já não se tem mais espaço para um professor transmissor de informações ou para um estudante receptor passivo. Faz-se necessário que o docente estabeleça uma ponte entre o conhecimento escolarizado e as estruturas cognitivas e socioculturais dos estudantes, no intuito de ressignificar esse espaço de trabalho pedagógico (MIRANDA, 2011, p. 2).

Consequentemente há muito que contribuir por um processo de construção fundamentado na prática social, pois as dificuldades que os trabalhadores estudantes da EJA enfrentam para concluir seus estudos vão além de suas próprias histórias de vida. A sociedade com suas políticas educacionais tem papel fundamental transformador. Ações conjuntas entre docentes, estudantes, instituições públicas e privadas, com vistas a uma nova história para a EJA, ressignificaria esta modalidade em âmbito Nacional.

CAPÍTULO III

Resultados da pesquisa

A pesquisa teve início *in loco* após o processo da entrada de campo em julho de 2019, por meio de contatos com responsáveis, cito, direção, coordenação do núcleo da EJA, secretaria e monitores pertencente ao Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, localizado no município de João Pessoa. Subsequentemente, após a autorização do Comitê de Ética, n. 3.531.158, em agosto de 2019, iniciamos os contatos com o alunado da EJA, concluindo a pesquisa de campo em dezembro de 2019, final do semestre.

A escolha pela EJA, nível médio, contemplada neste núcleo, foi com a intenção de investigar a experiência deste alunado nesta modalidade de ensino, vislumbrando uma amplitude maior dentro dos aspectos políticos e sociais, nesta etapa de conclusão da Educação básica.

O intuito de Identificar o perfil destes trabalhadores estudantes da EJA, em uma instituição de ensino do Estado da Paraíba, evidenciou o núcleo na UFPB como fator potencializador à pesquisa. Além de centralizado na capital paraibana, recebe alunos de outros municípios pelo fato de funcionar dentro do *campus* da Universidade Federal. Esta observação foi confirmada pelos próprios estudantes da EJA durante a pesquisa.

Devido características do público dessa modalidade, sendo a maioria dos participantes trabalhadores, comprometidos com seus horários de trabalho, assim como muitos enfrentam dificuldades em condução para chegar ao núcleo, com a ajuda dos monitores escolhemos o horário de aula para realizar a pesquisa, certificando-nos com os respectivos professores qual seria o melhor momento para não prejudicar os estudantes.

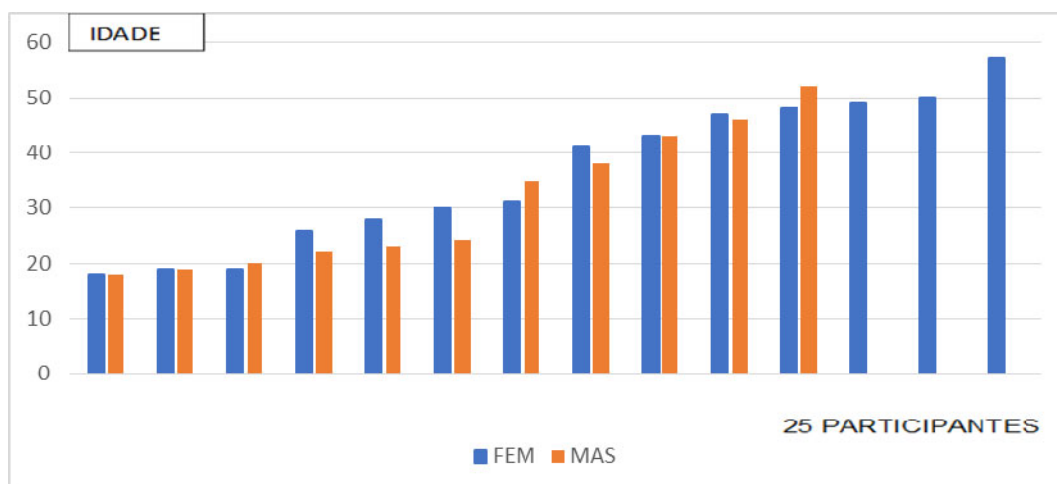
Desses matriculados e presentes no ato da pesquisa que ocorreu no final do semestre de 2019, nem todos quiseram participar, mesmo após esclarecimentos e apresentação da importância deste estudo. Alguns alegaram não ter interesse e outros

não se dispuseram a assinar o TCLE, após leitura do documento. Mesmo com estas dificuldades conseguimos fechar o percentual escolhido.

A coleta de dados, com característica qualitativa, foi realizada com o uso da técnica de grupo focal. Para utilizar esta técnica, como pressupõe a existência de um “foco”, ou “tema”, criou-se um roteiro para que os participantes pudessem expor suas ideias, percepções, sentimentos, com foco em Identificar o perfil desses trabalhadores estudantes da EJA. (GATTI, 2005).

Os 25 estudantes que aceitaram participar desse estudo, contemplaram 20% dos alunos matriculados no núcleo, no segundo semestre de 2019. Destes participantes que aceitaram e assinaram o TCLE, 11 se identificaram como sexo masculino e 14 se identificaram como sexo feminino, conforme gráfico representado na figura 5:

Figura 5 – Sexo e idade informados pelos participantes da pesquisa.



FONTE: NÚCLEO DA EJA/UFPB/PESQUISA COM GRUPO FOCAL/2019.

A idade dos participantes da pesquisa ficou entre 18 e 57 anos. Os questionamentos levantados contemplam os objetivos específicos que são: Identificar o perfil dos/as trabalhadores/as estudantes da EJA, em uma instituição de ensino do Estado da Paraíba; estudar as Políticas Públicas para a EJA e como essas influenciam

no processo formativo do/a estudante trabalhador/a dessa modalidade; diagnosticar o que dizem os documentos legais que envolvem a Educação Básica voltados à EJA no Brasil, e o PEE da Paraíba, com propósito de possíveis ações governamentais existentes ou não.

O roteiro escolhido, conforme Apêndice A, teve perguntas que por algumas vezes perpassaram pela mesma tratativa, porém com outro tipo de abordagem, a fim de extrair informações de natureza social e ao mesmo tempo intrínsecas a formação buscada por meio desta modalidade de ensino (EJA), por este público específico, com suas vivências pessoais e demais particularidades.

Antes de passar a fala aos participantes tive o cuidado de apresentar a legislação do Estado da Paraíba, contidas no PEE (2015-2025), fundamentando nas diretrizes curriculares nacionais existentes na LDB nº 9.394/1996, com o foco de abordagem na Educação de Jovens e Adultos, para que os estudantes pudessem ter acesso às regulamentações dessa modalidade, e conhecimento básico do que as mesmas apresentam como direitos em Educação. Os participantes presentes, em unanimidade, declararam que não conheciam as legislações que contemplam a EJA e seus direitos a educação evidenciados nestes documentos oficiais.

O momento foi de atenção e curiosidade a esta temática, sendo este fato muito importante para que a participação dos estudantes estivesse respaldada em lei vigente à EJA. Outra informação passada aos grupos focais foi o motivo pessoal de escolha para esta pesquisa, pois sou egressa da EJA na conclusão de meus estudos em Ensino Médio. Apresentei também a coerência científica, mostrando relevância para a academia, por procurar fomentar a ampliação do conhecimento com vistas a uma melhor compreensão do processo formativo de trabalhadores e trabalhadoras, estudantes da Educação de Jovens e Adultos, em referência a políticas e práticas sociais no Estado da Paraíba, que envolvem esta modalidade educacional.

No ato da entrega do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para cada participante ler e assinar antes de iniciar as discussões propostas aos grupos, informei a importância para cada um deixar claro como gostaria de se identificar nesta pesquisa,

pois a mesma faz parte de um trabalho de dissertação acadêmica e, após o término ficará a disposição a quem estiver interessado em ler, inclusive aos próprios participantes. Também apresentei a importância em serem os mais transparentes possíveis dentro de suas percepções sociais e educacionais para esta pesquisa.

Tendo o cuidado para realizar uma pesquisa de qualidade, trabalhamos com grupos respeitando médias entre 5 a 15 participantes, conforme indicado por Gui (2003). Os 25 participantes foram divididos em 3 grupos, sendo 1 grupo com 10 participantes presentes na turma da noite, com início às 18h30, e dois grupos diurnos em dias distintos, com início às 14h. Uma turma do diurno com 7 participantes e outra turma com 8 participantes.

Ao abrir a discussão, com a primeira turma que aconteceu no noturno, a maioria dos alunos estavam tímidos para falar, e em comum acordo optou-se em cada um transcrever suas falas ou pensamentos com o auxílio do roteiro utilizado e apresentado por mim, pesquisadora presente. Este acordo conjunto contribuiu para aumentar a participação dos envolvidos na forma falada e escrita, respeitando as particularidades de cada sujeito.

A mesma situação se repetiu com as duas turmas do diurno, com características ainda mais tímidas do que a turma da noite. Dessa forma ficou evidente que a pesquisa transcrita pelos participantes, concomitante as discussões, apresentaria melhor qualidade nos resultados, já que todas as vozes dos sujeitos ficaram registradas também por eles. E foi o que aconteceu.

Para a análise dos resultados foi utilizada a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo-DSC (Lefèvre; Lefèvre, 2000), para pesquisas qualitativas. Os depoimentos são a matéria prima deste método. Foram selecionadas Expressões-Chave para fomentar as falas dos participantes e identificar as respostas, tais como: condução utilizada, adaptação de estudar e trabalhar, vivências na EJA, incentivo familiar, interações de conteúdos, como são as aulas, o aprendizado no dia-a-dia, avaliações, dificuldades encontradas, diferenças de idade, inclusão ou exclusão, lanche, material didático, infraestrutura.

Para essas expressões que correspondem às ideias centrais construiu-se um discurso-síntese, na primeira pessoa do singular, sendo este o Discurso do Sujeito Coletivo, dos participantes. O pensamento de um grupo ou coletividade aparece como se fosse um discurso individual,

A tabulação utilizada (de “a” até “g”) apresenta os enfoques de forma abrangente, condensadas em ideias relevantes para compor os resultados qualitativos. Foram extraídos do roteiro que se encontra no Apêndice A deste trabalho. As questões foram apresentadas aos 03 grupos participantes a fim de identificar o perfil destes estudantes, matriculados na EJA, ofertada pelo Centro de Educação da UFPB.

- a. Motivo pela escolha da modalidade EJA.
- b. Incentivo governamental para a EJA.
- c. Dificuldades encontradas para formação em idade regular.
- d. Pontos positivos e/ou negativos da EJA.
- e. Expectativas para o futuro.
- f. Direitos por estudar: Vivências como cidadãos.
- g. Inclusão ou exclusão: O que dizer sobre desigualdade social.

A tabulação a partir da letra “h” apresenta questões de vivências pessoais contribuindo com outras especificidades que contemplam o perfil dos participantes.

- h. Condução utilizada para chegar no curso.
- i. Adaptação de estudar e trabalhar.
- j. Vivências/convivências entre colegas e professores.
- k. Se existe ou existiu incentivo da família para estudar.
- l. Se existe interação de assuntos entre disciplinas.
- m. Se as aulas são consideradas monótonas ou dinâmicas.
- n. Se o aprendizado pela EJA tem sido útil no dia-a-dia, e se tem ajudado no trabalho.

- o. Avaliação e recuperação de estudos utilizados na EJA.
- p. Quais as maiores dificuldades em sala de aula.
- q. Se estudar com colegas de idade diferente da sua ajuda ou atrapalha.
- r. Se sente excluído ou não ao dizer que é estudante da EJA.
- s. Outras questões levantadas pelos próprios participantes: Lanche, material didático, infraestrutura.

As ideias centrais estão representadas no discurso-síntese abaixo, na primeira pessoa do singular, de acordo com os questionamentos levantados na tabulação de “a” até “s”, como pensamento “geral” dentro da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo, evidenciando o pensamento dos grupos participantes como se fosse um discurso individual:

“a”. Um grande incentivador para desejar completar a formação básica é em retornar ao mercado de trabalho. Preciso de curso específico, e consequentemente a formação básica, nível médio é uma exigência mínima.

A escolha pela EJA é devido minha idade. **“h”** Utilizo ônibus para vir estudar.

“b” Não vejo incentivo governamental para a Educação de Jovens e Adultos.

“i” Estudar e trabalhar é muito difícil. **“s”** Sinto falta de merenda, pois vimos que é nosso direito na legislação que a professora apresentou. É dever legal a oferta do lanche, já que viemos de diferentes lugares e muitos chegam direto do trabalho, com fome. É muito triste tudo isso.

“s” Gostaria que existisse uma infraestrutura melhor para os alunos da EJA, sinto falta de salas fixas, de livros, apostilas. Os professores precisariam de uma capacitação melhor para poder atender com maior qualidade as nossas necessidades, principalmente aos que possuam necessidades especiais de modo geral.

“c” As dificuldades que se fizeram presentes pra mim, de estudar em idade apropriada foram as distâncias para deslocamentos e falta de dinheiro na família. Precisei trabalhar cedo. **“k”** Não tive incentivo para voltar a estudar nos lugares onde trabalhei.

“l” Vejo a EJA muito fragmentada pelo fato de não haver interação dos assuntos entre as disciplinas. **“m”** As aulas até são boas, dinâmicas, mas sinto falta de prática social. **“j”** Os professores não medem esforços para dar o seu melhor e isto tem me ajudado muito com retorno de aprendizagem. O convívio é bom entre colegas. **“n”** Depois que voltei a estudar tenho me desenvolvido melhor no meu dia a dia.

“d” Avalio a EJA como positiva, pois se não fosse a EJA, não teria a chance de terminar meus estudos. **“o”** Eu recupero meus estudos respondendo as atividades propostas pelos professores. **“p”** Minha maior dificuldade está nas disciplinas de Física, Química e Matemática, pois “não entendo a forma deste ensino”. **“q”** Estudar com colegas de idade diferente ajuda na compreensão geral. Ajuda muito. A gente se ajuda bem.

Desejo que por esta formação possa melhorar minha vida profissional e chegar ao Ensino Superior. Meu sonho. **“e”** Minhas expectativas para o futuro é de que haja uma maior inclusão social. **“f”** Me sinto uma cidadã com direitos para estudar. Os fatores negativos da EJA são a falta de lanche e a falta de passagens, pois muitos alunos não retomam os estudos por não terem condições de chegar aos locais de aula ou quando vem, chegam de seus trabalhos sem comer, e acabam desistindo por falta de ajuda.

“d” Os professores são ponto positivo na EJA, pois ensinam muito bem, e apesar de todas as dificuldades que a gente enfrenta existe aprendizagem, mas os professores também precisam “melhorar mais”. **“r”** Não me sinto excluída ao dizer que estudo na EJA. Sou grata em me sentir incluída na sociedade graças a que me ajudou, e a EJA e aos profissionais aqui do núcleo.

“g” Existe muita desigualdade social, sem nenhum incentivo para os menos favorecidos, desigualdade de renda, falta de alimentação. **“s”** Já presenciei várias situações de colegas que vem de longe, “a pé”, para estudar e sem se alimentar. Precisamos de melhorias já! Mais inclusão! Mais incentivos!

Esta síntese em representatividade ao discurso coletivo aponta para as questões chaves de forma a contemplar todas as discussões dispostas no roteiro proposto e que foram levantadas nos três grupos que participaram da pesquisa. As

letras em negrito e itálico correspondem as questões indicadas na tabulação de “a” até “s”, abrangentes e singulares aos sujeitos participantes.

3.1 Resultados qualitativos: Ideias centrais com o uso da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)

As ideias centrais da técnica do DSC estão apresentadas neste trabalho da seguinte forma:

DSC a - Motivos da escolha pela EJA

A escolha por esta modalidade de ensino se deu pelo fator idade, necessidades em concluir o nível médio, por exigências de Educação básica em vagas de trabalho ofertadas e para ingressar em outra formação que exige conclusão em nível de Ensino Médio.

DSC b - Incentivo governamental para a EJA

Existe na oferta do curso, porém com lacunas geográficas, pois não se tem oferta em várias regiões do Estado. Não existe incentivo governamental considerando o geral, pois não se tem benefícios como transporte ou lanche previsto na legislação.

DSC c - Dificuldades encontradas para a formação em idade regular

Oferta de escola em Educação Básica muito distante geograficamente. Precisar trabalhar cedo por dificuldades financeiras dos familiares e constituir família antes da conclusão dos estudos.

DSC d - Pontos positivos e/ou negativos da EJA

Positivos: Os professores são compreensíveis nas particularidades e dificuldades individuais e também são incentivadores para que todos concluam seus estudos. Articulam os conteúdos para que exista interação de assuntos entre disciplinas.

Negativos: A infraestrutura está entre os pontos negativos, pois não tem sala fixa para utilizarem, nem materiais didáticos apropriados. Assim como a questão do horário das aulas serem extensa.

DSC e – Expectativas para o futuro

Conseguir emprego melhor. Continuar os estudos em nível superior. Melhor qualidade de vida.

DSC f - Inclusão ou exclusão: O que dizer sobre desigualdade social

Se sentem incluídos na sociedade, porém a desigualdade social existe e sem incentivos palpáveis para os menos favorecidos, como desigualdade de renda, falta de alimentação, de trabalho para todos. Presenciam-se situações de pessoas que vem de longe, “a pé”, para estudar e sem se alimentar. São necessários mais incentivos para combater a desigualdade social.

DSC - Outras falas pertinentes à pesquisa, com critérios abrangentes

- Escolha pela modalidade da EJA como fator de realização pessoal.
- Enxergar positivamente a modalidade da EJA em todos os seus aspectos.
- Ser obrigado a estudar.
- Poder ler, escrever, compreender melhor a realidade.
- Pela oferta do curso ser dentro da Universidade Federal, sendo esta uma motivação de retomar os estudos.
- Sentir-se excluído da sociedade. Apenas sobrevivendo.
- Translados longos. Utilizar 3 ônibus para chegar ao núcleo, por falta de mais oferta da modalidade para EJA.

O quadro a seguir apresenta outras especificidades dos resultados obtidos que contemplam o perfil dos participantes, com questões tabuladas acima, a partir da letra “h”, continuando com a técnica do DSC.

Quadro 1 - Especificidades que contemplam o perfil dos participantes.

Questões levantadas	Expressões chaves Do DSC	Outras respostas
h. Condução utilizada para chegar no curso	Ônibus	Moto ou a pé
i. Adaptação de estudar e trabalhar	Cansativo	Normal
j. Vivências/convivências entre colegas e professores	Muito boa	Falta de coleguismo
k. Se existe ou existiu incentivo da família para estudar	Sim	Não
l. Se existe interação de assuntos entre disciplinas	Sim	-
m. Se as aulas são consideradas monótonas ou dinâmicas	Dinâmicas e participativas	Monótonas para disciplinas com cálculos
n. Se o aprendizado pela EJA tem sido útil no dia-a-dia e se tem ajudado no trabalho	Sim. Melhorou bastante.	Indiferente
o. Avaliação e recuperação de estudos utilizados na EJA	Provas, trabalhos	-
p. Quais as maiores dificuldades em sala de aula	Sono, disciplinas com cálculos, cansaço, fome.	-
q. Se estudar com colegas de idade diferente da sua ajuda ou atrapalha	Ajuda	-
r. Se sente excluído ou não ao dizer que é estudante da EJA no local de trabalho	Não	Exclusão no campus por estudantes da Graduação e Pós-graduação.

s. Outras questões levantadas pelos próprios participantes: Lanche, material didático, infraestrutura	Não é ofertado lanche para os estudantes da EJA. Chegam direto do trabalho com fome. Este fato dificulta a aprendizagem e concentração.	Carência de materiais didáticos e apoio para trabalho aos próprios professores. Falta de interesse por parte dos próprios estudantes. Estudar e trabalhar é muito cansativo. Não ter salas próprias do núcleo no Campus, pois são compartilhadas por outros cursos.
---	---	--

FONTE: Núcleo da EJA/UFPB/Pesquisa com grupo focal/2019.

As expressões chaves destacadas no quadro 1 aparecem repetidamente nas falas dos participantes configurando a característica do método utilizado como discurso do sujeito coletivo. As demais questões levantadas pelos estudantes, não são menos importante, pois apresentam críticas ao sistema educacional da EJA, por isso estão descritos neste quadro, na letra “s”.

Os pontos positivos identificados no quadro 1 estão nas seguintes declarações: Boa convivência entre colegas e professores, terem incentivos de familiares para estudar, as aulas são consideradas dinâmicas e participativas, identificam interações entre assuntos estudados, o aprendizado da EJA contribui no dia-a-dia, estudar com colegas de diferentes idades ajuda, e não se sentem excluídos ao dizer que estudam na EJA.

Os pontos negativos ganham destaque na falta do lanche, que deveria ser ofertado gratuitamente pelo núcleo, pois sentir fome, segundo eles, atrapalha na concentração para aprender, comprometendo o rendimento nas aulas. Também no cansaço de conciliar trabalho e estudo, e nas distâncias percorridas para chegar ao núcleo. Os participantes disseram sentir dificuldades maiores em disciplinas das Ciências Exatas.

Apesar destes estudantes se considerarem não excluídos ao dizer que são estudantes da EJA, no Campus do núcleo sentem-se excluídos por estudantes de Graduação e de Pós-graduação. Isto ocorre com olhares de menosprezo, por não os

cumprimentarem, faltando educação justamente em ambiente que fomenta a educação. Esta observação feita por alguns deles chegou como desabafo.

Outro ponto negativo fora do discurso geral, porém levantado por alguns participantes, está na falta de material didático e de apoio para trabalho a eles e aos docentes. E um fato desgastante apresentado por alguns alunos está em não ter salas próprias para EJA, no núcleo do Campus, pois são compartilhadas por outros cursos de Graduação e Pós-graduação. Quem estuda na EJA fica em segundo plano na alocação das salas, segundo eles. Este fato também atrapalha o tempo de aula que é perdido ao ficarem sem saber qual sala poderão usar, e isto acontece em cada período. Ficam aguardando os monitores informarem para onde irão.

Estas falas apresentaram riquezas de informações para esta pesquisa, pois ao dar voz aos estudantes da EJA, os quais trazem uma bagagem de experiências nos contextos fora da sala de aula, em seus trabalhos, com suas famílias, também contribuíram com informações sinceras de suas histórias sendo criadas a partir do contexto da educação pela EJA, com maturidade de expressões no presente ao vivido.

3.2 Análise dos resultados da pesquisa concomitante a análise documental

A análise dos dados esteve presente em cada etapa desta pesquisa, conforme Ludke e André (2005), abordam dizendo que as diferentes fases se cruzam em diferentes momentos, pois as informações aparecem de forma não linear. Sendo assim, ao analisar as possíveis conexões estabelecidas nesta pesquisa concomitante às políticas educacionais à modalidade da EJA, percebem-se encontros e desencontros, conforme o quadro 2, a seguir, considerando a análise pelo método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), utilizando questões da pesquisa com os participantes.

Quadro 2 – Questões da pesquisa concomitantes ao Plano Estadual de Educação da Paraíba (2015 – 2025) com vistas a EJA, Constituição Federal/1988 e na Lei nº 11.947/2009. Bases na LDB 9.394/1996.

Questões levantadas	DSC	Políticas Educacionais da EJA/Plano Estadual de Educação da Paraíba (2015 – 2025), e na Lei nº 11.947/2009. Bases na LDB LEI Nº 9.394/1996
1. Motivos da escolha pela EJA	Fator idade, necessidades em concluir o nível médio, exigências do trabalho e para ingressar em formação técnica ou superior.	4.10. Redimensionar e ampliar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda demanda, de acordo com as necessidades específicas dos (as) alunos (as); 4.11. Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino médio, garantida a qualidade, para atender aos (às) filhos (as) de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante. (PEE)
2. Incentivo governamental para a EJA	Existe na oferta do curso, porém com lacunas geográficas, pois não há oferta em várias regiões do Estado da Paraíba. Não existe incentivo governamental, considerando o geral, pois faltam benefícios como transporte ou lanche previstos na legislação.	9.10. Articular as ações da educação de jovens e adultos com as políticas sociais das áreas da saúde, da assistência social, da cultura, do desporto e do lazer, fortalecendo o atendimento em rede. (PEE).
3. Dificuldades encontradas para a formação em idade regular	Oferta de escola em Educação Básica muito distante geograficamente. Precisar trabalhar.	4.9. Instituir, com a colaboração da União e dos municípios, programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo de jovens, na faixa etária de 15 a 17 anos, e de adultos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar. (PEE).
4. Inclusão ou exclusão: O que dizer sobre desigualdade	incluído na sociedade, porém a desigualdade social existe e sem incentivos palpáveis para os menos favorecidos,	9.8. Implementar programas de capacitação tecnológica para a população de jovens e adultos com baixo nível de escolarização formal e para os alunos com deficiência, articulando a rede federal de educação

social	como desigualdade de renda, falta de alimentação e de trabalho para todos. Presenciam-se situações de pessoas que vem de longe, “a pé”, para estudar e sem se alimentar. São necessários mais incentivos para combater a desigualdade social.	profissional, científica e tecnológicas, universidades, cooperativas, associações, fundação de apoio a deficientes, que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população (PEE). Constituição Federal, art. 208: Dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...) VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 1988).
5. Condução utilizada para chegar no curso: ônibus	Não existe ajuda de custo para transporte	Os alunos de Ensino Médio e educação de jovens e adultos (EJA) das redes estadual e municipal agora terão direito à alimentação e transporte. A medida está prevista na Lei nº 11.947, criada no dia 16 de junho após o presidente em exercício, José Alencar, assinar o Projeto de Lei nº 8/2009, transformando a Medida Provisória nº455 em Lei (LEI nº 11.947/2009).
6. Adaptação de estudar e trabalhar	Cansativo	9.5. Ofertar os processos de alfabetização respeitando a sua cultura, modo de vida, e suas especificidades em termos de aprendizagem, com base em concepções inclusivas e equidade, bem como articulando ao mundo do trabalho (PEE).
7. Se existe interação de assuntos entre disciplinas	Sim	10.7. Estimular a diversificação curricular da EJA, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho, estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia, da cultura e cidadania (PEE).
8. Se o aprendizado pela EJA tem sido útil no dia-a-dia e se tem ajudado no trabalho	Sim	No que se refere à EJA Integrada à educação profissional, a LDB define, no seu Art. 1º, § 2º, que “a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (LEI nº 9.394/1996).
9. Quais as maiores dificuldades em sala de aula	Sono, disciplinas com cálculos, cansaço, fome.	Os alunos de Ensino Médio e educação de jovens e adultos (EJA) das redes estadual e municipal agora terão direito à alimentação e transporte. A medida está prevista na Lei nº 11.947, criada no dia 16 de junho de

		2009 após o presidente em exercício, José Alencar, assinar o Projeto de Lei nº 8/2009, transformando a Medida Provisória nº455 em Lei (LEI nº 11.947/2009).
10. Outras questões levantadas pelos próprios participantes: Lanche, material didático.	Não é ofertado lanche para os estudantes da EJA. Chegam direto do trabalho com fome. Este fato dificulta a aprendizagem e concentração. Carência de materiais didáticos e apoio para trabalho aos próprios professores.	Constituição Federal, art. 208: “Dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...) VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (BRASIL, 1988). “8.5. Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, a busca ativa, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola, específicos para os segmentos populacionais da EJA, bem como identificar os motivos de absenteísmo escolar, de abandono e de evasão, e colaborar com os municípios para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses (as) estudantes na rede pública regular de ensino”. (PEE) “Os alunos de Ensino Médio e educação de jovens e adultos (EJA) das redes estadual e municipal agora terão direito à alimentação e transporte. A medida está prevista na Lei nº 11.947/2009, criada no dia 16 de junho após o presidente em exercício, José Alencar, assinar o Projeto de Lei nº 8/2009, transformando a Medida Provisória nº455 em Lei”. (LEI Nº 11.947/2009)

FONTE: Núcleo da EJA/UFPB/Pesquisa com grupo focal/2019 e plano estadual de educação da Paraíba (2015 – 2025) e na lei nº 11.947/2009. Bases na LDB, Lei nº 9.394/1996.

Observando o Discurso do Sujeito Coletivo, concomitante a análise documental, com foco no Estado da Paraíba, percebe-se fatores relevantes às políticas e práticas sociais em aspectos positivos e negativos. Os aspectos positivos se destacam na inclusão social afirmada pelos participantes e na oferta da modalidade da EJA, apesar de tímida em relação a áreas distantes dos grandes centros. Outro fator positivo ficou

para o corpo docente do núcleo pesquisado, pois receberam elogios tanto na explanação dos conteúdos, quanto na motivação aos estudantes para concluírem seus estudos.

Questões negativas estão no fator fome, que aparece na falta de merenda, levantada várias vezes pelos participantes, pois chegam no núcleo direto de seus trabalhos, cansados e famintos. Consequentemente a falta da merenda prejudica ainda mais a concentração das aulas. Este fator nem deveria estar em pauta, pois conforme garantido na Constituição Federal de 1988 e descrito na Lei nº 11.947/2009, é dever do Governo oferecer a merenda para este público. Assim como auxílio a transporte. Ambos os benefícios não chegam a este alunado deste núcleo pesquisado.

O atual Plano Estadual de Educação da Paraíba, com vigência até 2025, apresenta aportes para ampliação de ofertas, para promoção de parcerias com as áreas de saúde e assistência sociais específicos para os segmentos populacionais da EJA, bem como para identificar absenteísmo escolar, e fomenta teoricamente colaboração entre os municípios. O intuito é garantir a frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento aos estudantes desta modalidade.

Conforme os participantes expuseram, existem negligências evidentes neste sentido e, considerando o início da vigência deste Plano, apresentado em 2015, em vigor desde 2016, passaram-se praticamente 4 anos e as lacunas continuam. Quanto ao implementar programas de capacitação tecnológica, descritos no plano, que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população, não aparece como prática. Os estudantes desconhecem tais possíveis ações.

Percebem-se aparentes soluções dentro da ordem capitalista, que é a oferta em si da modalidade, porém ainda voltado a um evidente controle social, pois as falas insatisfeitas dos participantes quanto à empregabilidade, inseguranças por desempregos e as suas situações nos contextos sociais, demonstram esta realidade. Alguns participantes tiveram coragem em dizer em alto e bom tom suas situações de “apenas estar sobrevivendo no mundo”.

Esta fala não pode ser ignorada, pois são pessoas com direitos iguais que ainda se encontram em situações aquém do básico garantido para todos e todas na Constituição Federal de 1988. (BRASIL, 1988). O reconhecimento da EJA como modalidade de educação básica descritos no PEE (2015-2025), tem sua importância como formalização, porém isto não tem aparecido no plano político concreto, ou melhor, nas práticas apontadas pelos participantes. O Governo Federal se pauta em programas como o Brasil Alfabetizado, porém os resultados estão, como vimos, longe do anunciado.

Estes resultados apontam para o fato de que não dispomos, ainda, de políticas e diretrizes educacionais à EJA que superem ações governamentais implementadas a partir de objetivos e critérios que se consolidem como políticas de Estado. Sendo assim, está longe de serem atingidos os objetivos mais específicos para a EJA.

Interessante ressaltar que a Meta Brasil, projetada para 2015 foi de 93.5%. O Plano de Educação Estadual afirma “erradicar o analfabetismo absoluto, até o final da década. Esta Meta pressupõe um esforço coletivo mais determinado dos que conduzem as políticas públicas da educação no Brasil e no Estado”. (PARAÍBA/PEE, 2015, p. 59)

A Meta 8, desse plano propõe elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, a fim de alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo no último ano de vigência deste PEE, em 2025. Esta meta inclui as populações do campo, da região de menor escolaridade no Estado e dos 25% mais pobres. Também apresenta como objetivo a igualdade da escolaridade média entre negros e não negros que se encontram declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (PARAÍBA, 2015).

Nesta pesquisa percebe-se um “pontapé” favorável para transformar-se em ações concretas à EJA, porém ainda no campo das ideias, pois os resultados encontrados concomitantes à análise documental, apresentam situações promissoras nos aspectos de pensar EJA no Estado da Paraíba, por meio das iniciativas dos fóruns de discussões e seminários promovidos pela Secretaria de Educação, em prol da EJA.

Porém, são pouquíssimas as cidades envolvidas nestes projetos, pois dos 67 municípios existentes no Estado, nestes encontros do FEPAD-PB – Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica da Paraíba, em prol da EJA, conforme consta no PEE (2015-2025), assim como o projeto SER EJA promovidos pela Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia (SEECT), são citados apenas 4 municípios com presença declarada, sendo os municípios de João Pessoa, Campina Grande, Bayeux e Santa Rita, com alguma menção também a Guarabira e Areia, completando o número de 6 municípios participantes nestes encontros, número inferior a 10 % da representatividade Estadual. (PARAIBA, 2020).

Longe de ter aspectos conclusivos e acabados, as informações encontradas nas falas dos participantes desta pesquisa, sendo estes estudantes da EJA e trabalhadores no Estado da Paraíba, concomitante a análise documental extraídas das informações à EJA, contidas nas Leis Estaduais com alcance federativo, fica claro que os desafios são muitos para uma educação de qualidade e inclusiva para ‘todo’ o Estado da Paraíba.

Os participantes desta pesquisa, representando os estudantes da EJA do Estado da Paraíba, são trabalhadores que buscam projeções profissionais, qualidade de vida e aceitação social, apontadas nas falas dos mesmos. Pensando nas demais pessoas que vivem no Estado da Paraíba e encontram-se aquém de ao menos ter acesso a estudar são motivos para ações que transcendam os obstáculos políticos, sociais, educacionais, a fim de ofertar a EJA com abrangência real a todo o Estado.

Ações conjuntas em prol deste público que depende da EJA para sua formação básica de qualidade, os quais se encontram a margem de inclusão à Educação, é uma agressão aos direitos adquiridos de Educação para todos, com garantia em Lei. (BRASIL, 1996).

Verificando a hipótese levantada nesta pesquisa, concomitante as legislações educacionais à EJA, evidencia-se um processo formativo ainda em prospecção. Apesar de se ter ofertas da EJA, ainda que restritas aos grandes centros do Estado, conforme

apontadas pelos participantes, as políticas aparecem fragmentadas em ações governamentais.

Direitos adquiridos não estão acontecendo na prática, exemplos estes encontram-se na ausência do lanche para os estudantes, que deveria ter oferta gratuita e permanente, também na ausência do auxílio transporte e em materiais didáticos, citados por eles. São evidências de práticas sociais aquém do dever básico da governança para este público.

Apesar dos estudantes terem elogiado os professores, percebe-se uma lacuna no ensino-aprendizagem no momento em que estes alunos dizem ter dificuldades com ciências exatas, principalmente. É motivo significativo para que a capacitação docente contemple as especificidades voltadas ao público que chega cansado do trabalho e precisa ter condições de se concentrar. São necessárias ações que aproximem mais os assuntos das aulas aos discentes da EJA, pois estas dificuldades apontadas por eles evidenciam falhas no campo didático para a modalidade em pauta.

A autonomia deste público deve ser consolidada na Educação e nos aspectos sociais. Ações governamentais precisam sair do papel e da visão tradicional, onde a escola prepara para responder apenas aos anseios da sociedade, conforme muito bem abordado por Miranda (2008).

O autor também aponta que um currículo adaptado ao público da EJA visa os princípios da produtividade neste contexto capitalista. Porém, neste currículo deve agregar à *práxis* social, para que estes e estas usufruam, em seus contextos, uma história de vida com direitos e deveres alicerçados na independência em poder construir “sua” própria história de vida, com respeito e autonomia garantida pela Federação.

É complexa a tarefa dos governantes junto às instituições de ensino em atuar de forma concreta nas lacunas existentes na formação de trabalhadores estudantes da EJA, no Estado da Paraíba. Os fragmentos de uma sociedade capitalista, classista, onde a desigualdade insiste em aparecer entre as pessoas, influenciam diretamente a prática social que deveria estar com maior força na atualidade informatizada. A

velocidade das informações e do conhecimento chega também fracionada, pois não têm forças suficientes para acelerar assuntos que dizem respeito aos direitos de todos e todas, se tratando da Educação para “todos”, assim como ao acesso básico de subsistência a “todos”(IMBERNÓN, 2016).

Estes fragmentos apareceram em toda pesquisa, pois entrelinhas da realidade despontava em forma de voz, expressão. Ao dizerem que os **motivos da escolha pela EJA** estavam pelo fator idade, necessidades em concluir o nível médio, exigências do trabalho e para ingressar em formação técnica ou superior, os participantes estavam informando que na verdade não tiveram acessos básicos em âmbito social de direito.

Ao dizerem que o **incentivo governamental para a EJA** existe na oferta do curso, porém com lacunas geográficas, pois não se tem oferta em várias regiões do Estado da Paraíba, estavam afirmando que não existe incentivo governamental considerando o todo. Além da pouca oferta comparada as necessidades do Estado, não se têm benefícios como transporte ou lanche previstos na legislação e que contemplam necessidades básicas de cada cidadão. (BRASIL, 1988).

Ou ainda, ao falarem **das necessidades em trabalhar cedo para sustento de suas famílias, por isso a desistência dos estudos em idade regular**, novamente *evidenciam-se direitos em lei negligenciados pelos governantes*, pois as dificuldades expressas nesta pequena fala são gigantes e ecoa como grito de socorro por milhares de famílias do Estado da Paraíba em condições precárias de subsistência, representadas neste momento pelos participantes desta pesquisa.

Ao falarem **de inclusão ou exclusão e sobre desigualdade social**, a maioria dos participantes mesmo afirmando que se sentem incluídos na sociedade, deixaram claro que *a desigualdade social existe e que não existem incentivos governamentais palpáveis para os menos favorecidos*. Há desigualdade de renda, na falta de alimentação básica, na falta de trabalho para todos.

Novamente vem a tona a falta dos benefícios que está em Lei como direito de todos, pois esta pesquisa confirma um descaso social quando evidencia estudantes trabalhadores que vem de longe, “a pé”, para estudar e sem se alimentar, por ausência

de recursos. É evidente que a LEI precisa ser praticada e fomentada com mais incentivos para combater a desigualdade social tão latente no Estado da Paraíba.

Ao falarem sobre **as maiores dificuldades em sala de aula**, além do sono e cansaço expressados pelos estudantes, evidenciam-se dificuldades no aprendizado. Desta forma estão dizendo que nem todo o assunto levantado tem a ver com as suas práticas diárias ou aproximações práticas. Ou chega de forma distorcida da realidade vivida pelo público da EJA, trazendo em pauta evidências no âmbito das diretrizes curriculares, nas quais os docentes não praticam a interdisciplinaridade dentro das particularidades do público da EJA: Há falhas evidentes nos processos educacionais.

Portanto, constatamos um potencial de negligências governamentais nos aspectos de práticas sociais na formação de trabalhadores estudantes da EJA, no Estado da Paraíba. Isto evidencia a necessidade emergente em se continuar futuras investigações a partir desta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A EJA não é apenas uma mera adaptação do Ensino Regular. Os estudantes precisam ser ouvidos. Esta pesquisa abriu um diálogo favorável, porém são necessárias mais ações com este teor científico, pois têm muito a ser explorado quando o foco está em políticas e práticas sociais com vistas à EJA, em nosso contexto social classista. O presente e o vivido se atualizam a cada dia, com as expectativas e experiências trazidas em cada cidadão e cidadã que se torna estudante da EJA. Os ciclos se renovam e juntamente com estes, chegam novos dilemas e possibilidades com foco em uma sociedade mais justa.

O objetivo pautado está na oferta de uma educação de qualidade, em condições de aprendizagens com foco no pleno desenvolvimento de cada “ser”. Reconhecer cada estudante da EJA como “o” sujeito que possui direitos iguais como cidadão, em sua integralidade, é afirmar que todo ser humano é único e é “humano”: Todos somos iguais! Permitir que cada um seja protagonista transformador da sociedade em que esteja inserido. Ressignificar suas histórias de vida em conjunto com os docentes e demais envolvidos no sistema educacional desta modalidade só potencializaria um olhar pedagógico de qualidade à EJA.

Abrir possibilidades com espaços para escuta e diálogos nas escolas, permitir uma construção de metodologias ativas e transformadoras direcionadas as muitas especificidades existentes na EJA. Esta modalidade é complexa porque transcende às questões educacionais, pois não se resume a alfabetização como ainda acreditado por muitos. Os docentes que trabalham com a EJA devem refletir criticamente sobre suas práticas, com visão além da sala de aula.

A pesquisa confirmou a hipótese levantada, pois mesmo nas falas positivas e olhares conformistas de muitos, prevaleceram gritos de socorro em prol de uma sociedade mais justa, com condições básicas para todos e todas, e acessos a Educação para todos, conforme diz “ser direito” garantido por lei.

O que fazer para que as leis sejam cumpridas? Uma das possíveis respostas estaria ao acesso à informação. Exemplo evidenciado nesta pesquisa, pois os participantes afirmaram não conhecer seus direitos com vistas à EJA. Segundo eles e elas nunca leram a respeito e confirmaram que o primeiro contato foi na apresentação destas legislações, por mim, pesquisadora presente. Surgiram encontros e desencontros em seus direitos em um *mix* de dilemas do “presente ao vivido” durante os momentos de explanação e discussões levantadas com os grupos focais participantes deste estudo.

Quando se resgata, junto aos estudantes suas experiências de vida, pois o saber é encontrado nestas particularidades cotidianas de cada um, as aulas recebem outras dinâmicas, novos olhares, surgem diferentes perspectivas, inclusive para interagir e integrar aos conteúdos planejados. (MIRANDA, 2008). A busca pela escola por este público, é para satisfazer suas necessidades particulares com vistas a sociedade, ao trabalho, a novas conquistas. Um novo pensar sobre a Educação de Jovens e Adultos esta intrínseco ao processo histórico de cada um.

Esta pesquisa demonstra, tanto em âmbito Nacional como Estadual, a falta de garantias concretas, como práticas em Educação a todas as pessoas, garantidas na Constituição Federal desde 1988. (BRASIL, 1988). A Educação brasileira parece estar sempre em planos aquém ao verdadeiro e concreto desenvolvimento que uma nação precisa. Os interesses das classes dominantes são os que têm regido o país e, conseqüentemente cada Estado brasileiro. Como ser desenvolvido se é dividido?

Uma proposta para a formação de trabalhadores estudantes da EJA, com vistas às políticas e práticas sociais, no Estado da Paraíba, requer reflexões de sua intencionalidade em conjunto com ações que perpassem as relações sociais dos indivíduos envolvidos. Isto refere-se a todos e a todas, incluindo seus contextos históricos, culturas, crenças, origens socioeconômicas e tudo aquilo que faz parte de uma sociedade capaz de escrever uma nova história.

Parece utópico, mas a presente pesquisa identificou o perfil destes trabalhadores estudantes da EJA, do Estado da Paraíba, representados no núcleo da UFPB, como

peças que aspiram uma sociedade justa e sonham com qualidade de vida igual para todos: Mesmos direitos.

Ao estudar as Políticas Públicas à EJA e como estas influenciam no processo formativo destes estudantes trabalhadores, as evidências apontaram para negligências governamentais em praticar o que está garantido em Lei. Ao diagnosticar o que dizem os documentos legais que envolvem a Educação Básica voltados à EJA, no Brasil e o PEE da Paraíba, apesar de descrições interessantes, não podemos afirmar que existam práticas efetivas, conforme explicitados pelos estudantes participantes da pesquisa.

Os programas de capacitação tecnológica para a população de jovens e adultos com baixo nível de escolarização formal e para os alunos com deficiência, articulando a rede federal de educação profissional, são desconhecidos pelos participantes. Assim como a medida prevista na Lei nº 11.947/2009, especificando o direito à alimentação e transporte para estudantes da EJA, ficou latente no conhecimento dos participantes, pois inexistente para eles e elas este direito na prática. (BRASIL, 2009).

A promoção, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, na busca ativa em acompanhamento e monitoramento do acesso à escola, específicos para os segmentos populacionais da EJA, bem como identificar os motivos de absenteísmo escolar, de abandono e de evasão, e colaborar com os municípios para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses (as) estudantes na rede pública regular de ensino, também inexistente ao público pesquisado. Desconheciam totalmente estas “ações”, pois nunca foram abordados ou convidados a participarem desses processos, dispostos no PEE. (PARAIBA, 2015).

Ao retomar a questão inicial em **“como é analisado o processo formativo dos trabalhadores e das trabalhadoras estudantes da EJA, com vistas às políticas e práticas sociais no Estado da Paraíba”**, concomitante ao **objetivo geral** em analisar o processo formativo de trabalhadores e trabalhadoras estudantes da EJA, com vistas às políticas e práticas sociais no Estado da Paraíba, que envolvam esta modalidade

educacional. Verificando os **objetivos específicos** levantados: - Identificar o perfil dos/as trabalhadores/as estudantes da EJA, em uma instituição de ensino do Estado da Paraíba; - Estudar as Políticas Públicas para a EJA e como essas influenciam no processo formativo do/a estudante trabalhador/a dessa modalidade; - Diagnosticar o que dizem os documentos legais que envolvem a Educação Básica voltados à EJA no Brasil e o PEE da Paraíba, confirmou-se ações governamentais fragmentadas.

O que poderia parecer bom ou em andamento, ao que se refere à EJA, a pesquisa teve como resultado geral uma complexidade de **“não” em “ações governamentais”**. Esta complexidade se fez presente nas entrelinhas dentro das discussões realizadas, pois a intenção na realização deste estudo, em incentivar discussões e questionamentos aos estudantes da EJA ocorreu de forma satisfatória.

Como esta pesquisa não é um trabalho fechado, ainda há muito para considerar na formação de trabalhadores que estudam na EJA, no Estado da Paraíba. Outros olhares poderão enriquecer a temática em novos campos de pesquisa na área. Um exemplo está na oferta da EJA no Semipresencial, com projetos ainda em discussões e em fase inicial no Estado.

As complexidades envolvidas para que estas novas ferramentas se tornem realidade prática, exige um campo de novas pesquisas assim como adequações curriculares e capacitações de docentes e demais profissionais envolvidos na EJA. Os processos educacionais necessitam estar em contínua adaptação e em adequação, quando se busca qualidade e eficácia na formação deste público especial.

Esta pesquisa desperta ainda mais provocações em mim, e espero que aos leitores, com vistas às novas pesquisas que fomentem aperfeiçoamento contínuo quando a temática é a formação de trabalhadores estudantes da EJA. As políticas educacionais envolvidas pelas suas governanças têm sido pauta de demandas intermitentes entre encontros e desencontros, pois em nossa sociedade capitalista, os interesses de alguns ainda são diferentes dos interesses de todos.

REFERÊNCIAS

BARBOUR, R. **Grupos Focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BRASIL. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24/10/2019.

BRASIL. Brasília. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. **PLANALTO.GOV.BR**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm. Acesso em: 02/01/2020.

BRASIL. CAPES. Brasília, 1951. **CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES**. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 16/12/2019.

CAMARGO, P. S. A. S; MARTINELLI, S. C. **Educação de adultos**: Percepções sobre o processo ensino-aprendizagem. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), São Paulo, v. 10, n. 2, p. 197-209, jul./dez. 2006.

DAS, V; POOLE, D. **El estado y sus márgenes**. Etnografías comparadas. Cuadernos de Antropología Social, Buenos Aires, n. 27, p. 19-52, 2008.

FÓRUM EJA PARAÍBA. **FORUMEJA**. Disponível em: <http://forumeja.org.br/pb/>. Acesso em: 14/01/2020.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, P. **Conscientização**. 3 ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Editora Paz e Terra. 29. ed., 1987.

FREIRE, P. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**: a sociedade brasileira em transição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Liber Editora, 2005.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2017.

GUI, R. T. **Utilização do Grupo Focal em Pesquisa Qualitativa Aplicada: Intersubjetividade e Construção de Sentido.** Psicologia (Florianópolis), Florianópolis - SC, v.3, n.1, p. 135-159, 2003.

HERMIDA, J. F. SOCIALISMO E CIÊNCIA DA HISTÓRIA EM KARL MARX. **ARQ.UFPB.BR.** Disponível em: https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2019234221009816096475c651d70fa44/HERMIDA._Socialismo_e_Cincia_da_Histria_em_Karl_Marx.pdf. Acesso em: 26/10/2019.

HERMIDA, J. F. ; LIRA, J. S.. **Estado e Neoliberalismo no Brasil.** Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional, v.13, n.35, set./dez. 2018.Disponível em: <https://revistas.utp.br/index.php/a/issue/view/118>. Acesso em: 26/10/2019.

IMBERNÓN, F. **Qualidade de Ensino e Formação do Professorado.** Cortez Editora, 2016.

INDICADOR DE ALFABETISMO FUNCIONAL. **INAF BRASIL 2018.** Disponível em: http://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Inaf2018_Relat%C3%B3rio-Resultados-Preliminares_v08Ago2018.pdf. Acesso em: 29/10/2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa nacional por amostras de domicílios. **Censo 2018.** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94414.pdf>. Acesso em: 24/10/2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010.** Brasília, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 24/10/2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo escolar da educação básica 2013 resumo técnico.** Brasília, 2013. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2013.pdf. Acesso em: 24/10/2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE EDUCA. **2018.** Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>. Acesso em: 25/10/2019.

KITZINGER, J. **Focus groups with users and providers of health care.** In: POPE, C.; MAYS, N. (Org.). Qualitative research in health care. 2. ed. London: BMJ Books, 2000.

KUENZER, A. C. **Exclusão includente e inclusão excludente:** a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: SAVIANI, D; SANFELICE, J.L.; LOMBARDI, J.C. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação.** 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 77-96.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C; TEIXEIRA, J. J. V. **O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa**. Caxias do Sul: EDUCS, 2000.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 9.ed.São Paulo: EPU, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. MEC. Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **LEI Nº 9.394/1996**. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 28/10/2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. MEC. Plano Nacional de Educação. **Lei nº 13.005/2014**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 08/09/2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. MEC. **Programa Brasil Alfabetizado**. Brasília, 15 de março de 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-brasil-alfabetizado>. Acesso em: 24/10/2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília, 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 08/09/2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. MEC. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de maio de 2010**. Brasília, 2010b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5142-rceb002-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 24/10/2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. MEC. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>. Acesso em: 24/10/2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. MEC. **Resolução nº 3, de 15 de junho de 2010**. Disponível em: <http://confinteabrasilmais6.mec.gov.br/images/documentos/resolucao032010cne.pdf>. Acesso em: 24/10/2019.

MIRANDA, J. R. **O currículo da formação inicial de professores que atuam na educação de jovens e adultos: do concebido ao vivido**. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_095eb10b2a68d26192d092a9e7d1f7e1. Acesso em: 14/01/2020.

MIRANDA, J. R. **A avaliação das aprendizagens na educação de jovens e adultos por meio do portfólio**. Tese (doutorado)—Universidade de Brasília, Faculdade de

Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2011. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_76a1a737528d0e5af442aadc5d068ca6. Acesso em: 14/01/2020.

MORGAN, D. L. **Focus group as qualitative research**. London: Sage, 1997.

NAIFF, L. A. M; NAIFF, D. G. M. **Educação de Jovens e Adultos em uma análise psicossocial: representações e práticas sociais**. *Psicologia & Sociedade*.local de publicação??, v. 20, n. 3. p. 402-407, 2008.

O GLOBO. IBGE: Brasil tem 11,3 milhões de analfabetos, metade está no nordeste. **OGlobo.com**, 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/brasil-ainda-tem-113-milhoes-de-analfabetos-23745356>. Acesso em: 08/09/2019.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1987. https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4856/res5_20.pdf. Acesso em: 02/01/2020.

PAIVA, J. **Tramando concepções e sentidos para redizer o direito à educação de jovens e adultos**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 33 set./dez. 2006. <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a12v1133.pdf>. Acesso em: 02/01/2020.

PARAÍBA TEM 58 MIL ALUNOS MATRICULADOS NA EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS. **G1.GLOBO.COM**. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/06/25/paraiba-tem-58-mil-alunos-matriculados-na-educacao-para-jovens-e-adultos.ghtml>. Acesso em: 02/01/2020.

PARAÍBA. Governo Estadual. **Plano Estadual de Educação 2004-2014**. João Pessoa, 2004. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pee/pee_pb.pdf. Acesso em: 24/01/2020.

PARAÍBA. Governo Estadual. **Plano Estadual de Educação 2015-2025**. João Pessoa, 2015. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao-e-da-ciencia-e-tecnologia/consultas/plano-estadual-de-educacao-2015-2025>. Acesso em: 24/10/2019.

PARAÍBA. Governo Estadual. **METODOLOGIA SER EJA CIDADÃ MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS CRESCEM 33 %**. **PARAIBA.PB.GOV.BR**. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/metodologia-ser-eja-cidada-matriculadas-da-educacao-de-jovens-e-adultos-crescem-33%>. Acesso em: 14/01/2020.

PARAÍBA. Governo Estadual. SEMINARIO ESTADUAL SOBRE EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS EJA E REALIZADO EM JOAO PESSOA. **PARAIBA.PB.GOV.BR** Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao-e-da-ciencia-e-tecnologia/noticias/seminario-estadual-sobre-educacao-de-jovens-e-adultos-eja-e-realizado-em-joao-pessoa>. Acesso em: 14/01/2020.

RUMMERT, S. M. **A educação de jovens e adultos trabalhadores brasileiros no século XXI**. O novo que reitera a antiga destituição de direitos. Sísifo – Revista de Ciências da Educação, n. 2, jan./abr. 2007.

SAVIANI, Dermeval. As implicações do novo PNE para o Brasil. **VERMELHO PORTAL**. São Paulo, 30 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/256271-1>>. Acesso em 22 out. 2019.

SIQUEIRA, A. B. **O retorno de jovens e adultos aos estudos formais após 20, 30, 40 anos**. Poiésis, Tubarão, v. 2, n. 1, p. 33-43, jan./jun. 2009.

SOARES, L. **Educação de Jovens e adultos**: diretrizes curriculares nacionais. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

STRELHOW, T. B. **Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil**. In: Revista HISTEDBR On-line. Campinas, n.38, p. 49-59, jun.2010. www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/38/art05_38.pdf. Acesso em: 02/01/2020

UNICEF NO BRASIL. **Declaração mundial sobre educação para todos** (Conferência de Jomtien – 1990). Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 24/10/2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO (GRUPO FOCAL)

<i>Entrevista para alunos/as da EJA,</i>						
Como deseja se identificar?						
Qual fase da EJA está?	<i>Início () Meio () Fim ()</i>					
Naturalidade						
Idade						
Sexo	<i>Masculino ()</i>		<i>Feminino ()</i>			
Estado Civil	<i>Solteiro</i>	<i>Casado</i>	<i>União estável</i>	<i>Viúvo</i>	<i>Divorciado</i>	<i>Outros</i>
Local do Trabalho (município)						
Nome Empresa						

1. Qual motivo pela escolha da modalidade EJA?
2. Como vem até o curso?
3. Existe incentivo governamental para a EJA?
4. Como está sendo a adaptação de estudar e trabalhar?
5. Como está sendo a vivência na modalidade EJA?
6. Quais dificuldades se fizeram presentes para sua formação em idade regular?
7. Teve ou tem incentivo família para estudar?
8. Teve ou tem incentivo do trabalho para estudar?

9. Existe interação de assuntos entre disciplinas?
10. As aulas são monótonas ou dinâmicas?
11. Tem tido retorno na aprendizagem?
12. Tem desenvolvido melhor seu trabalho depois que retomou os estudos na EJA?
13. Qual avaliação utilizada pela modalidade EJA?
14. Como ocorre a recuperação de estudos ou notas?
15. Quais são suas maiores dificuldades em sala de aula?
16. Estudar com colega de idade diferente da sua ajuda ou atrapalha?
17. O que você espera da formação?
18. Quais suas expectativas para o futuro?
19. Como vivencia seu direito por estudar e ser cidadão ou cidadã:
20. Para você o que é negativo na EJA?
21. E o que é positivo na EJA?
22. Se sente excluído ao dizer que é estudante da EJA em seu local de trabalho?
23. Se sente excluído ou incluído na sociedade?
24. Dê sua opinião sobre desigualdade social.

APÊNDICE B - TRANSCRIÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

(Pesquisa realizada com a técnica de grupo focal, com apresentação de roteiro para condução da discussão. Os participantes optaram em deixar suas ideias escritas, a fim de todos registrarem seus pontos de vista sob os questionamentos levantados. Esses registros ocorreram imediatamente após discussões abertas e foram transcritos por mim, pesquisadora).

GRUPO 1 - 10 estudantes presentes/turma da noite

PARTICIPANTE QUE DESEJOU SER IDENTIFICADA COMO MARIA DA GLÓRIA, DE 48 ANOS, NATURAL DE TIMBAÚBA/PE, RESIDENTE NA REGIÃO DE JOÃO PESSOA, EM FASE FINAL NA EJA, SOLTEIRA.

Se encontra desempregada no momento e um grande incentivador para desejar completar a formação básica é em retornar ao mercado de trabalho como cuidadora de idosos. Para tanto precisa de curso específico, e consequentemente a formação básica, nível médio é uma exigência mínima.

A escolha por esta modalidade se deu pelo fator idade. Ela utiliza ônibus como condução para chegar no local de estudo. Para ela não existe incentivo governamental para a Educação de Jovens e Adultos. Diz que estudar e trabalhar é muito difícil, mesmo estando desempregada no momento. Maria da Glória sente falta de merenda, pois encontrou na legislação que é dever legal a oferta do lanche, já que este alunado vem de diferentes distâncias e muitos chegam direto do trabalho.

“Gostaria que existisse uma infraestrutura melhor para os alunos da EJA, sinto falta de salas fixas, de livros, apostilas”. Fala que os professores precisariam de uma capacitação melhor para poder atender com maior qualidade as necessidades do alunado desta modalidade, principalmente aos que possuam necessidades especiais de modo geral.

As dificuldades que se fizeram presentes para Maria da Glória estudar

em idade apropriada ao ensino regular foram as distâncias para deslocamento e falta de recursos financeiros. Afirma que também nunca teve incentivo da família para estudar e que agora procurou por conta própria. Também afirma nunca ter tido incentivo para retomar os estudos, nos lugares onde trabalhou.

Maria da Glória aponta a Educação de Jovens e Adultos como fragmentada pelo fato de não haver interação dos assuntos entre as disciplinas. Ela diz que as aulas são dinâmicas, porém sente falta de práticas sociais. Elogia os professores, que para ela não medem esforços para dar o seu melhor e isto a tem ajudado com retorno de aprendizagem. Também afirma que depois de iniciar seus estudos pela EJA tem se desenvolver melhor em seu dia a dia.

Sua avaliação para esta modalidade educacional é positiva, pois se não fosse a EJA, ela não teria a chance de terminar seus estudos. Maria da Glória recupera seus estudos respondendo as atividades propostas pelos professores. Suas maiores dificuldades estão nas disciplinas de Física, Química e Matemática, pois em suas palavras diz que “não entende a forma deste ensino”. Afirma que estudar com colegas de idade diferente ajuda na compreensão geral.

Maria da Glória deseja que por meio desta formação possa chegar a ser doutora, como assistente social. Ao responder sobre suas expectativas para o futuro deseja que haja uma maior inclusão social. E diz que uma assistente social foi quem a ajudou a se sentir uma cidadã, apresentando também o direito dela em estudar e incentivando-a a conquistar seus objetivos. Novamente menciona que os fatores negativos da EJA são a falta de lanche e inclui a falta de passagens, pois muitos não retomam os estudos por não terem condições de chegar aos locais de oferta ou porque chegam de seus trabalhos sem comer, dificultando a permanência destas pessoas na escola.

Elogia novamente os docentes como ponto positivo na EJA, que ensinam muito bem, porém, apesar de todas as dificuldades enfrentados por

todos e todas existe aprendizagem pelos alunos e alunas, mas que os professores também precisam “melhorar mais”. Maria da Glória não se sente excluída ao dizer que é estudante da EJA, e apresenta gratidão em se sentir incluída na sociedade graças a assistente social que a ajudou, e a EJA e aos profissionais da instituição que estuda.

Maria da Glória finaliza sua entrevista dizendo que existe muita desigualdade social, sem nenhum incentivo para os menos favorecidos, desigualdade de renda, falta de alimentação. Diz que já presenciou várias situações de pessoas que vem de longe, “a pé”, para estudar e sem se alimentar. Conclui dizendo que: “Precisamos de melhorias já! Mais inclusão! Mais incentivos!”

PARTICIPANTE QUE DESEJOU SER IDENTIFICADO SEVERO, DE 43 ANOS, NATURAL DE JOÃO PESSOA/PB, EM FASE FINAL DA EJA, CASADO.

Trabalha em João Pessoa.

A escolha por esta modalidade de ensino se deu pelo fator idade, a fim de concluir o nível médio, para ingressar em uma outra futura formação. Ele geralmente utiliza moto como condução para chegar no local de estudo. Em sua concepção ele afirma que existe incentivo governamental para a Educação de Jovens e Adultos. Para Severo, estudar e trabalhar torna-se cansativo, mas sua vivência na modalidade está sendo ótima.

Das dificuldades que se fizeram presentes para Severo estudar em idade apropriada ao ensino regular, umas delas foi ter que optar entre trabalhar e estudar, e não conseguia vaga nas escolas públicas de sua proximidade. Afirma ter incentivo da família e do trabalho para estudar.

Para Severo existe interação dos assuntos entre as disciplinas. Diz que as aulas as vezes são dinâmicas, porém as vezes são monótonas, se tiver monitoria. Aponta ter tido retorno de aprendizagem e afirma que depois de ter

retomado os estudos, tem desenvolvido melhor seu trabalho.

As avaliações da modalidade EJA que Severo está inserido são realizadas por provas escritas e trabalhos apresentados ou escritos. A recuperação de seus estudos, segundo ele, tem sido “de forma bem legal”, pois os professores ajudam bastante permitindo outra prova. Sua maior dificuldade está em conter o sono e entender algumas aulas que “as vezes não entende”. Afirma que estudar com colegas de idade diferente ajuda bastante.

Severo deseja concluir a EJA e tentar outra formação. Ao responder sobre suas expectativas para o futuro deseja buscar uma formação profissional. Ele diz que por meio do retorno aos estudos está se sentindo ótimo, pois voltou a se sentir um cidadão e está aprendendo mais. Severo menciona que fatores negativos da EJA são a falta de aulas ou falta de professor.

Como pontos positivos da EJA aponta os professores, pois eles são excelentes e entendem as dificuldades do alunado. Severo não se sente excluído ao dizer que é estudante da EJA, e apresenta gratidão ao dizer que se sente muito bem e incluído na sociedade.

Severo finaliza sua participação dizendo que “hoje, a desigualdade social está sendo muito ruim na sociedade, porque tem muito desemprego. Muitas pessoas só no seu bem-estar e não tem visão para os menos favorecidos. Existem classes sociais que não são bem-vindas”.

PARTICIPANTE QUE DESEJOU SER IDENTIFICADA COMO ELIZABETH, DE 43 ANOS, NATURAL DE JOÃO PESSOA/PB, EM FASE FINAL DA EJA, SOLTEIRA.

Trabalha em João Pessoa.

A escolha por esta modalidade de ensino se deu pelo fator idade, a fim de concluir o nível médio, para ingressar em curso que exige formação básica

concluída. Ela utiliza ônibus como condução para chegar no local de estudo. Em sua concepção afirma que não existe incentivo governamental para a Educação de Jovens e Adultos. Para Elizabeth, estudar e trabalhar é cansativo, mas sua vivência na modalidade é boa.

Das dificuldades que se fizeram presentes para Elizabeth estudar em idade apropriada ao ensino regular, umas delas foi ter que trabalhar muito cedo, porém diz ter incentivo da família e do trabalho para estudar. Para ela existe interação dos assuntos entre as disciplinas. Diz que as aulas são dinâmicas e aponta ter tido retorno de aprendizagem. Afirma que depois de ter retomado os estudos, tem desenvolvido melhor seu trabalho.

As avaliações da modalidade EJA são positivas. A recuperação de seus estudos, segundo ela: “fazemos trabalho para entregar”. Sua maior dificuldade em sala de aula é a falta de silêncio entre os colegas, porém afirma que estudar com colegas de idade diferente ajuda nos resultados de forma positiva.

Elizabeth deseja se realizar como ser humana, concluir a EJA e tentar outra formação. Ao responder sobre suas expectativas para o futuro deseja ter um emprego melhor. Ela diz que teve ajuda para estudar e se sentir cidadã. Elizabeth menciona que acha o horário um fator negativo da EJA, “pois saímos tarde”.

Como ponto positivo da EJA, Elizabeth diz que está na oportunidade para estudar. Ela não se sente excluída ao dizer que é estudante da EJA, em seu local de trabalho, e se sente incluída na sociedade. Porém finaliza sua participação dizendo que “a desigualdade social é muito difícil, pois sentimos a falta de oportunidades”.

PARTICIPANTE QUE DESEJOU NÃO SE IDENTIFICAR, DE 46 ANOS DE IDADE, NATURAL DE ICÓ/CE, RESIDENTE NA REGIÃO DE JOÃO PESSOA,

EM FASE FINAL DA EJA, CASADO.

Trabalha como autônomo. A escolha por esta modalidade de ensino se deu pelo fator idade, a fim de aprender mais. Ele utiliza moto como condução para chegar no local de estudo. Em sua concepção afirma que não existe incentivo governamental para a Educação de Jovens e Adultos. Estudar e trabalhar é ótimo e sua vivência na modalidade está sendo muito boa.

Afirma ter incentivo da esposa para estudar. Para ele existe interação dos assuntos entre as disciplinas. Diz que as aulas são dinâmicas e tem tido retorno de aprendizagem. Ele diz que depois de ter retomado os estudos, tem desenvolvido melhor seu trabalho.

Avalia a modalidade EJA como ótima. A recuperação de conteúdo se dá por meio de trabalhos de pesquisa. Sua maior dificuldade em sala de aula está no pouco tempo para estudar. Afirma que estudar com colegas de idade diferente ajuda bastante. Deseja concluir a EJA para ingressar na faculdade no curso de Direito. Ao responder sobre suas expectativas para o futuro deseja ser um advogado honesto. Diz que procurou por conta própria seus direitos para estudar e de ser cidadão.

Ele menciona como fator negativo da EJA a falta de ajuda dos governantes. Como pontos positivos, para ele, está no fato de retornar aos estudos após 20 anos e isto é muito bom. Não se sente excluído ao dizer que é estudante da EJA, e se sente incluído na sociedade. Para finalizar sua participação ele dá sua opinião sobre desigualdade social dizendo que “são poucos com muito e muitas pessoas sem nada. Falta de empregos”.

PARTICIPANTE QUE DESEJOU SER IDENTIFICADA COMO “GRACILE”, DE 31 ANOS, NATURAL DE SAPÉ/PB, EM FASE MEDIANA DA EJA, SOLTEIRA.

Autônoma.

A escolha por esta modalidade de ensino se deu por “questões de horário e de tempo”. Ela utiliza ônibus para chegar ao local da EJA e fez questão de dizer que “pego 3 pra vim e 3 pra ir”. Em sua concepção, se existe incentivo governamental para a Educação de Jovens e Adultos, acha que tem por que ganhou material didático do governo e isso a ajudou muito. Estudar e trabalhar está sendo muito corrido, porém está valendo a pena. Considera sua vivência tranquila na modalidade.

Das dificuldades que a impossibilitaram de finalizar sua formação no ensino regular ela aponta o fato de ter casado muito cedo e em seguida engravidado, por isso parou seus estudos. Gracile diz ter incentivo do marido e da mãe para estudar, e no trabalho, seus clientes dão a maior força. Para ela, existe interação dos assuntos entre as disciplinas e se encanta com filosofia, sociologia e espanhol. Considera que as aulas variam entre dinâmicas e monótonas. O retorno de aprendizagem tem sido mais ou menos porque ficou 9 anos sem estudar e ainda está tentando entender cada disciplina. Ainda não tem tido melhorias em desenvolver seu trabalho após a retomada aos estudos.

As avaliações utilizadas pela modalidade EJA são trabalhos e provas, e considera muito intensa a recuperação de estudos ou notas que são realizadas por provas. Gracile possui dificuldades em sala de aula com sua própria visão e diz que estudar com colegas de idade diferente ajuda. Tem como meta passar em Nutrição e trabalhar nesse campo. Uma de suas expectativas para o futuro é de se formar.

Sente orgulho em sua vivência por ter direitos de estudar e de ser cidadã, pois sabe que vai vencer. Para Gracile, o fator negativo da EJA está em não ter salas fixas para esta modalidade na escola, segundo ela os alunos se sentem mau e muitos até desistem de continuar seus estudos. Cita como fatores positivos da modalidade alguns professores, a localidade, os

coordenadores e a direção, pois sente apoio e ajuda de todos estes.

Gracile se sente excluída por estudar na EJA, inclusive no próprio campo os alunos de mestrado e outros cursos olham diferente, porém se sente incluída na sociedade.

Finaliza sua participação dizendo que a desigualdade social “é um pouco de cada um de nós, as nossas diferenças, nosso jeito de pensar e de agir.”

PARTICIPANTE QUE DESEJOU SER IDENTIFICADO COMO ARTUR, DE 20 ANOS, NATURAL DE JOÃO PESSOA/PB, NA FASE FINAL DA EJA, CASADO.

Trabalha em João Pessoa.

A escolha por esta modalidade de ensino, segundo ele, “fui meio que obrigado”. Ele vem caminhando para chegar no local de estudo. Em sua concepção afirma que existe incentivo governamental para a Educação de Jovens e Adultos. Para Artur, estudar e trabalhar está ocorrendo normalmente e sua vivência na modalidade está tranquila.

Das dificuldades que se fizeram presentes para Artur estudar se deram mais pela falta de interesse pessoal. Afirma não ter incentivo da família e nem do trabalho para estudar. Para Artur a interação dos assuntos entre as disciplinas é bem resumida. Diz que as aulas são monótonas. Aponta ter tido retorno de aprendizagem, porém para desenvolver seu trabalho acha normal, não percebe melhorias consideráveis.

As avaliações da modalidade EJA que Artur está inserido são realizadas por provas, trabalhos e assiduidade. A recuperação de seus estudos, segundo ele, é feita por provas e trabalhos. Sua maior dificuldade está em concentração, pois não consegue entender “nada”. Acha normal estudar com colegas de idade diferente.

Artur deseja concluir a EJA e suas expectativas para o futuro é de

trabalhar por conta própria. Ele diz que por meio do retorno aos estudos está se sentindo mais a vontade como cidadão. Menciona que fatores negativos da EJA são a falta de interesse dos alunos.

Não identifica pontos positivos da EJA e não se sente excluído ao dizer que é estudante desta modalidade, em seu local de trabalho. Ao responder que se sente estar incluído ou excluído da sociedade, Artur indaga: “Incluído?” E responde: “Apenas existindo”. Finalizou sua participação optando em ficar neutro ao ser questionado sobre a desigualdade social.

PARTICIPANTE QUE DESEJOU SER IDENTIFICADA COMO MARIA DO SOCORRO, DE 50 ANOS, NATURAL DE ALAGOA GRANDE/PB, EM FASE FINAL DA EJA, UNIÃO ESTÁVEL.

Trabalha em João Pessoa.

A escolha por esta modalidade de ensino se deu pelo fator idade, e necessitou concluir o nível médio. Ela utiliza ônibus coletivo como condução para chegar no local de estudo. Em sua concepção diz que há carências de matérias para trabalho pelos próprios professores. Necessita-se de maior incentivo governamental para a Educação de Jovens e Adultos. Para Maria do Socorro, estudar e trabalhar é muito cansativo, mas sua vivência na modalidade, apesar do cansaço é tranquila.

Das dificuldades que se fizeram presentes para Maria do Socorro finalizar seus estudos em idade apropriada ao ensino regular, estão a mudança de cidade e a falta de incentivos. Afirmar ter apoio da filha mais velha e do trabalho para estudar. Para Maria do Socorro existe interação dos assuntos entre as disciplinas. Diz que as aulas são dinâmicas e aponta ter tido retorno de aprendizagem, pois considera poucas as dificuldades. Afirmar que depois de ter retomado os estudos, tem desenvolvido melhor seu trabalho.

As avaliações da modalidade EJA são boas. A recuperação de seus

estudos são por meio de outras avaliações. Sua maior dificuldade em sala de aula é lutar contra o sono, porém afirma que estudar com colegas de idade diferente ajuda nos resultados positivamente.

Maria do Socorro deseja alcançar seus objetivos pessoais ao concluir a EJA. Ao responder sobre suas expectativas para o futuro deseja ingressar e concluir também um curso superior. Ela diz que foi decisão própria para encarar o desafio de retomar os estudos. Menciona como fator negativo da EJA, a falta de recursos materiais.

Como ponto positivo da modalidade, Maria do Socorro aponta os professores como bacanas e compreensíveis. Não se sente excluída ao dizer que é estudante da EJA, em seu local de trabalho, e se sente incluída, “graças a Deus”, na sociedade. Finaliza sua participação dizendo que a desigualdade social é uma infeliz realidade que não mudará enquanto a hipocrisia se fizer presente em meio aos que fingem estarem preocupados com a situação.

PARTICIPANTE QUE DESEJOU SER IDENTIFICADO COMO SILVA, DE 18 ANOS DE IDADE, NATURAL DE JOÃO PESSOA/PB, EM FASE INICIAL DA EJA, SOLTEIRO.

Trabalha em João Pessoa/PB.

A escolha por esta modalidade de ensino se deu a fim de concluir mais rápido os estudos. Ele utiliza ônibus como condução para chegar no local de estudo. Em sua concepção afirma que tem que existir incentivo governamental para a Educação de Jovens e Adultos. Estudar e trabalhar tem sido uma adaptação boa e sua vivência na modalidade está sendo também boa.

As dificuldades que se fizeram presentes para concluir seus estudos no ensino regular foram problemas de família, mas tem incentivo familiar e do trabalho para estudar. Para ele existe interação dos assuntos entre as

disciplinas. Diz que as aulas são dinâmicas e tem tido retorno de aprendizagem. Ele diz que depois de ter retomado os estudos, tem desenvolvido melhor seu trabalho.

Avalia a modalidade EJA como ótima. A recuperação de conteúdo se dá por meio de provas e trabalhos. Não identifica nenhuma dificuldade em sala de aula. Afirma que estudar com colegas de idade diferente ajuda. Deseja concluir a EJA para se sentir “aliviado” na conclusão do Ensino Médio. Ao responder sobre suas expectativas para o futuro deseja ter uma boa formação. Vivencia com tranquilidade seus direitos por estudar e de ser cidadão.

Ele menciona como fator negativo da EJA alguns alunos. Como pontos positivos, para ele, são as explicações dos professores. Não se sente excluído ao dizer que é estudante da EJA, em seu local de trabalho. Se acha incluído na sociedade, mas ainda não se reconhece ainda como cidadão. Para finalizar a sua participação, Silva dá sua opinião sobre desigualdade social dizendo que: “Para mim é uma besteira da sociedade porquê do mesmo jeito que pobre, rico, branco ou preto morrem, todos vão para o mesmo lugar “cemitério”.

PARTICIPANTE QUE DESEJOU SER IDENTIFICADA COMO THAYNÁ, DE 19 ANOS, NATURAL DE JOÃO PESSOA/PB, ESTÁ NA FASE FINAL DA EJA, SOLTEIRA.

Trabalha em João Pessoa.

A escolha por esta modalidade de ensino se deu pela necessidade de estudar a noite. Ela utiliza ônibus coletivo como condução para chegar no local de estudo, quando se atrasa, mas geralmente vai caminhando. Em sua concepção diz que há incentivo governamental para a Educação de Jovens e Adultos, pois quem deseja trabalhar consegue terminar seus estudos nesta modalidade. Para Thayná, estudar e trabalhar é cansativo, mas está dando

tudo certo. Considera sua vivência na modalidade ótima, pois se dá muito bem com todos e todas.

Aponta como poucas as dificuldades que se fizeram presentes para finalizar seus estudos no ensino regular, porque sempre estudou. Afirmar ter incentivo familiar e do trabalho para estudar. Para Thayná existe uma certa interação dos assuntos entre as disciplinas, “mas varia muito”. Diz que as aulas são dinâmicas ou monótonas, pois depende muito do “tipo da aula”. Afirmar estar tendo ótimo retorno de aprendizagem. Tem desenvolvido melhor seu trabalho depois de ter optado pela modalidade EJA.

As avaliações da modalidade EJA são por meio de provas e presença. A recuperação de seus estudos são por meio de uma segunda prova com mesmo assunto, como substitutiva. Não identifica dificuldade em sala de aula porque consegue desenvolver bem. Diz que estudar com colegas de idade diferente ajuda muito, pois a mesma ideia fica mais completa devido diferentes visões.

Thayná espera obter uma formação de excelência. Ao responder sobre suas expectativas para o futuro deseja se formar e ingressar na faculdade de Administração. Foi contemplada em vivenciar seus direitos por estudar e ser uma cidadã. Menciona como fator negativo da EJA, que aulas muito boas são ministradas nos últimos períodos e conseqüentemente estão todos e todas muito cansados/as.

Como ponto positivo da modalidade, Thayná aponta a oportunidade que esta modalidade oferece para as muitas pessoas que trabalham o dia todo possam concluir o ensino de forma rápida. Ela não se sente excluída ao dizer que é estudante da EJA, em seu local de trabalho, e se sente incluída, “com certeza”, na sociedade. Finaliza sua participação dizendo que falar de desigualdade social é “complicado, pois mesmo que as pessoas evoluam muito ainda terá 1% que ficará contra a sociedade por motivos bestas, como sexualidade, preconceitos, nível de estudo, trabalho...”

PARTICIPANTE QUE DESEJOU SER IDENTIFICADO COMO COMO JACK, DE 22 ANOS DE IDADE, BRASILEIRO, EM FASE FINAL DA EJA, SOLTEIRO.

Trabalha em João Pessoa/PB.

A escolha por esta modalidade de ensino se deu a fim de concluir os estudos. Utiliza ônibus como condução para chegar no local de estudo ou vai caminhando. Se manteve neutro quanto aos incentivos ou falta de incentivos governamentais para a Educação de Jovens e Adultos. Estudar e trabalhar é muito difícil para ele, e sua vivência na modalidade está complicada.

Não identifica dificuldades que se fizessem presentes para concluir seus estudos no ensino regular, mas tem incentivo de primos e do trabalho para estudar, a fim de conseguir trabalho melhor. Para ele não existe interação dos assuntos entre as disciplinas. Diz que as aulas são as vezes monótonas e outras vezes dinâmicas e na maioria das vezes não sente retorno de aprendizagem. Porém diz que depois de ter retomado os estudos, tem desenvolvido melhor seu trabalho.

Avalia a modalidade EJA como boa para quem precisa concluir seus estudos. A recuperação de conteúdo se dá por meio de trabalhos. Não identifica nenhuma dificuldade em sala de aula. Afirma que estudar com colegas de idade diferente ajuda. Deseja concluir a EJA para procurar trabalho melhor e para poder participar de concurso. Ao responder sobre suas expectativas para o futuro deseja passar nas provas para Polícia Militar. Seus direitos por estudar ajudaram muito para completar o ensino médio.

Menciona como fator negativo da EJA é de não ter lanche para o alunado. Como ponto positivo da EJA para ele é um “ensino bom”. Não se sente excluído ao dizer que é estudante da EJA, em seu local de trabalho. Para finalizar sua participação preferiu não dar sua opinião sobre desigualdade social, mas pede “café e pão”. De certa forma falou muito com este pedido.

GRUPO 2 - 7 estudantes presentes/diurno/vespertino

PARTICIPANTE QUE DESEJOU SER IDENTIFICADA COMO COMO “Da Melhor Forma Possível”, mais de 30 anos, natural de João Pessoa/PB, em fase final da EJA, solteira.

Trabalha em João Pessoa.

A escolha por esta modalidade de ensino se deu pela necessidade de parar de estudar no período do ensino regular, para poder trabalhar. Ela utiliza ônibus como condução para chegar no local de estudo. Em sua concepção preferiu ficar neutra quanto a existência de incentivo governamental ou não para a Educação de Jovens e Adultos. Diz que estudar e trabalhar é bem difícil. Considera sua vivência na modalidade ótima.

Aponta as dificuldades que se fizeram presentes para finalizar seus estudos no ensino regular, o fato de ter que trabalhar cedo. Afirmar ter incentivo familiar e muito incentivo do trabalho para estudar. Para ela existe interação dos assuntos entre as disciplinas e acha as aulas dinâmicas. Afirmar ter tido muito retorno de aprendizagem e conseqüentemente tem desenvolvido melhor seu trabalho depois de ter retomado os estudos pela EJA.

Considera maravilhosa a modalidade EJA. Consegue recuperar bem seus estudos e não identifica dificuldades em sala de aula. Diz que estudar com colegas de idade diferente ajuda muito. Espera da formação tudo de melhor e suas expectativas para o futuro são as melhores possíveis. Entende que vivencia bem seus direitos por estudar e ser uma cidadã.

Menciona a falta de lanche como fator negativo da EJA. Como ponto positivo da modalidade ela aponta os funcionários e professores como ótimos. Não se sente excluída ao dizer que é estudante da EJA, em seu local de trabalho, e se sente sempre incluída na sociedade. Finaliza sua participação dizendo que “falar de desigualdade social é bem complicado”.

PARTICIPANTE QUE DESEJOU SER IDENTIFICADO COMO ALEX CAETANO, DE 38 ANOS DE IDADE, NATURAL DE PATOS/PB, EM FASE MEDIANA DA EJA, SOLTEIRO.

Trabalha em João Pessoa/PB.

A escolha por esta modalidade de ensino se deu por estar fora de idade para o ensino regular e a necessidade de concluir o ensino médio.

Alex Caetano entende que são ótimos os incentivos governamentais para a Educação de Jovens e Adultos. Diz que estudar e trabalhar é difícil, “mas tá bom”, e sua vivência na modalidade está boa.

Identifica a falta de tempo como maior dificuldade que se fez presente para ele concluir seus estudos no ensino regular, e quem o incentiva para estudar é ele mesmo, pois trabalhou desde cedo. Diz que não existe interação dos assuntos entre as disciplinas. Para Alex Caetano as aulas são dinâmicas e o retorno de aprendizagem tem sido ótimo. Após ter retomado os estudos tem desenvolvido melhor seu trabalho.

A recuperação de conteúdo para ele é ótima e não identifica nenhuma dificuldade em sala de aula. Afirma que estudar com colegas de idade diferente ajuda. Deseja concluir a EJA para fazer uma faculdade. Ao responder sobre suas expectativas para o futuro é que deseja se formar. Sua vivência como cidadão e em ter direitos para estudar para ele é ótima.

Não identifica nenhum fator negativo da modalidade EJA. Como ponto positivo aponta a muita ajuda oferecida da escola. Não se sente excluído ao

dizer que é estudante da EJA, em seu local de trabalho. Se sente incluído na sociedade. Para finalizar sua participação, ao dar sua opinião sobre desigualdade social, diz que “cada um faça sua parte e sigam seus objetivos”. Agradeceu por participar desta pesquisa e deixar sua opinião.

PARTICIPANTE QUE DESEJOU SER IDENTIFICADA COMO “GÊ”, DE 41 ANOS, NATURAL DE JOÃO PESSOA/PB, EM FASE FINAL DA EJA, SOLTEIRA.

Trabalha em João Pessoa.

A escolha por esta modalidade de ensino se deu pela necessidade de reciclagem de conhecimentos. Ela utiliza transporte público como condução para chegar no local de estudo. Em sua concepção ela entende que existe incentivo governamental para a Educação de Jovens e Adultos. Diz que estudar e trabalhar é um pouco complicado. Considera sua vivência na modalidade bastante proveitosa.

Não menciona nenhuma possível dificuldade que se fizeram presentes para finalizar seus estudos no ensino regular. Afirma ter incentivo familiar e incentivo do trabalho para estudar. Para ela existe interação dos assuntos entre as disciplinas e acha as aulas dinâmicas. Afirma ter tido retorno de aprendizagem e não menciona nada referente a deserver melhor seu trabalho depois de ter retomado os estudos pela EJA.

As avaliações utilizadas pela modalidade EJA são por meio de provas, participação e trabalho. A recuperação de estudos ou notas é realizada com provas e trabalhos. Gê, até então não identificou dificuldades em sala de aula. Diz que estudar com colegas de idade diferente ajuda bastante. Espera desta formação melhorar e aumentar conhecimentos. Suas expectativas para o futuro está em chegar na formação superior.

Entende que vivencia bem seus direitos por estudar e ser uma cidadã, inclusive de forma prazerosa. Para Gê, o fator negativo da EJA é a falta de material didático, apostilas. Como ponto positivo da modalidade ela aponta a inclusão. Diz não se sentir excluída ao dizer que é estudante da EJA, em seu local de trabalho, e se sente incluída na sociedade.

Finaliza sua participação dizendo que a desigualdade social é “fruto da globalização. As desigualdades sociais vêm crescendo de forma notável. Poucos são os países ou gestores que se preocupam ainda em incluir no conhecimento àqueles que por algum motivo afastaram-se das salas de aula. A exemplo disso temos a EJA. Programa que busca trazer de volta ao mercado de trabalho e consequentemente à sociedade, diminuindo assim as distâncias entre as classes sociais.”

PARTICIPANTE QUE DESEJOU SER IDENTIFICADO COMO RONALD, DE 19 ANOS DE IDADE, NATURAL DO RIO DE JANEIRO/RJ, RESIDENTE NA REGIÃO DE JOÃO PESSOA, EM FASE MEDIANA DA EJA, SOLTEIRO.

Trabalha em João Pessoa/PB. A escolha por esta modalidade de ensino se deu por estar atrasado nos estudos, segundo ele. Vem caminhando para chegar no local da EJA.

Ronald acha que não existem incentivos governamentais para a Educação de Jovens e Adultos, porque deveriam ter mais recursos para estes estudantes. Diz que estudar e trabalhar é ruim porque sobra pouco tempo para estudar, mas sua vivência na modalidade é boa.

Identifica o trabalho como maior dificuldade que se fez presente para ele não poder concluir seus estudos no ensino regular. Afirma que existe incentivo familiar e do trabalho para que possa estudar. Diz que existe interação dos

assuntos entre as disciplinas e que as aulas são dinâmicas. Quanto ao retorno de aprendizagem tem sido mais ou menos. Após ter retomado aos estudos não tem percebido melhorias em seu trabalho.

A avaliação que ele perpassa nesta modalidade é fazendo provas e trabalhos. A recuperação de conteúdo se dá pelos assuntos avaliados. Ronald tem tido dificuldades em sala de aula na disciplina de matemática. Afirmar que estudar com colegas de idade diferente atrapalha. Deseja concluir a EJA para “melhorar, ser bem de vida”. Ao responder sobre suas expectativas para o futuro respondeu novamente que “espera ser bem de vida”. Sua vivência como cidadão em ter direitos para estudar não é bem compreendida.

Ronald identifica como fator negativo da modalidade EJA, a quantidade das aulas. Como ponto positivo aponta a atenção dos professores. Diz que se sente excluído ao dizer que é estudante da EJA, em seu local de trabalho, porém se sente incluído na sociedade. Para finalizar sua participação, ao dar sua opinião sobre desigualdade social, diz que “Não era para ser assim. Por que algumas pessoas não têm *uma* oportunidade de estudar ou trabalhar?”.

PARTICIPANTE QUE DESEJOU SER IDENTIFICADA COMO COMO “SHEILA”, DE 57 ANOS, NATURAL DE CAMPINA GRANDE/PB, EM FASE FINAL DA EJA, CASADA.

É aposentada.

A escolha por esta modalidade de ensino se deu pela necessidade de melhoria nos conhecimentos e desejo de concluir os estudos básicos. Ela utiliza ônibus como condução para chegar no local da EJA. Em sua concepção ela entende que existe incentivo governamental para a Educação de Jovens e Adultos. Diz que estudar e trabalhar é cansativo, mas vale a pena. Considera sua vivência na modalidade como proveitosa.

As dificuldades que se fizeram presentes para finalizar seus estudos no ensino regular se deram por falta de tempo em conciliar cuidados com afazeres domésticos, família e trabalho. Afirma ter incentivo parcial da família para estudar. Para ela existe interação dos assuntos entre as disciplinas e acha as aulas dinâmicas. Afirma ter tido retorno de aprendizagem e menciona melhorias para desenvolver seu trabalho depois de ter retomado os estudos.

As avaliações utilizadas pela modalidade EJA são com provas, pesquisa, participação e trabalho. A recuperação de estudos ou notas é realizada com provas e trabalhos. Sheila, até então não identificou dificuldades em sala de aula. Diz que estudar com colegas de idade diferente ajuda. Espera que esta formação melhore os seus conhecimentos. Uma de suas expectativas para o futuro está em chegar na formação superior.

Entende que vivencia bem seus direitos por estudar e ser uma cidadã, e retornou aos estudos por orientação de antigos alunos que passaram por esta modalidade. Para Sheila, o fator negativo da EJA é a falta de apostilas, pois se não tiver dinheiro para xerocar fica sem o material proposto. Como ponto positivo da modalidade ela aponta os professores como ótimos e incentivadores. Diz não se sentir excluída ao mencionar que é estudante da EJA, em seu local de trabalho, e se sente incluída na sociedade.

Finaliza sua fala dizendo que a desigualdade social é “uma infeliz realidade, que não muda enquanto a hipocrisia de fazer presente no meio dos que fingem estar preocupados com a situação.”

PARTICIPANTE QUE DESEJOU SER IDENTIFICADO COMO ALEX, DE 24 ANOS DE IDADE, NATURAL DO JOÃO PESSOA/PB, EM FASE MEDIANA DA EJA, SOLTEIRO.

No momento se encontra desempregado.

A escolha por esta modalidade se deu “porque a conclusão do ensino

médio é mais rápida”. Vem com a mãe para o local da EJA, pois ela é funcionária no campus.

Alex afirma que existe incentivos governamentais para a Educação de Jovens e Adultos, e que sua vivência na modalidade está sendo boa. Das dificuldades que se fizeram presentes para Alex não concluir seus estudos no ensino regular estão em questões pessoais, pois “não gostava do ambiente escolar”. Afirma que teve e tem incentivo familiar, assim como nos trabalhos que passou para voltar a estudar.

Aponta ter interação dos assuntos entre as disciplinas, mas depende de cada professor, pois nem todos trabalham esta integração de conteúdo. As aulas são mais dinâmicas do que monótonas, em sua opinião. Afirma estar tendo retorno de aprendizagem, mas ficou neutro para mencionar possíveis melhorias para o trabalho, depois de ter retomado seus estudos, devido estar desempregado.

As avaliações que ele participa nesta modalidade são predominantemente provas. Para recuperar estudos ou notas, as vezes os professores passam trabalho, mas geralmente fazem recuperação de conteúdo. Alex diz não ter tido dificuldades em sala de aula. Afirma que estudar com colegas de idade diferente não atrapalha. Deseja concluir a EJA para ingressar na faculdade. Ao responder sobre suas expectativas para o futuro diz querer fazer faculdade e crescer profissionalmente.

Alex menciona que estudar é um direito essencial para todos. Sendo assim, ele vê que estudar o faz ter uma ideia que está cumprindo seu papel como todo cidadão deve vivenciar. Identifica como fator negativo da EJA, a infraestrutura. Palavras dele: “muitas vezes a gente fica procurando sala por conta da ausência delas”. Como ponto positivo diz que “os professores gostam de gerar bem-estar aos alunos”.

Alex se sente incluído na sociedade e para finalizar sua participação, ao

dar sua opinião sobre desigualdade social, declara: “é algo que infelizmente sempre existiu”.

PARTICIPANTE QUE DESEJOU SER IDENTIFICADO COMO JULIANA, DE 26 ANOS, NATURAL DE JOÃO PESSOA/PB, EM FASE FINAL DA EJA, SOLTEIRA.

Não quis esclarecer se está trabalhando ou desempregada no momento.

A escolha por esta modalidade de ensino se deu pela necessidade de finalizar o ensino básico, nível médio. Ela utiliza ônibus e carona para chegar ao local da EJA. Em sua concepção entende que existe incentivo governamental para a Educação de Jovens e Adultos, pois pessoas que desistiram de estudar podem voltar para as salas de aula. Considera sua vivência boa na modalidade.

Afirma não ter tido dificuldades que a impossibilitassem de finalizar seus estudos no ensino regular. Sempre teve incentivo da família e do trabalho para estudar. Para ela não existe interação dos assuntos entre as disciplinas. Considera as aulas dinâmicas. Afirma estar tendo retorno de aprendizagem e menciona melhorias em desenvolver seu trabalho depois de ter retomado os estudos.

As avaliações utilizadas pela modalidade EJA e a recuperação de estudos ou notas, Juliana considera boa. Ela possui dificuldades nas disciplinas de exatas e diz que estudar com colegas de idade diferente ajuda. Espera aprender com esta formação e uma de suas expectativas para o futuro é se formar em Nutrição.

Entende que é excelente sua vivência em direitos por estudar e ser uma

cidadã. Para Juliana, o fator negativo da EJA está em não ter salas fixas para esta modalidade na escola. Como fator positivo da modalidade ela aponta os professores. Diz não se sentir excluída ao mencionar que é estudante da EJA, em seu local de trabalho, e se sente incluída na sociedade.

Finaliza sua participação dizendo que a desigualdade social é “revoltante pelo fato de algumas pessoas viverem no luxo, em cima de uma sociedade pobre e carente.”

GRUPO 3 - 8 estudantes presentes/diurno/vespertino

PARTICIPANTE QUE DESEJOU SER IDENTIFICADO COMO JÚLIO, DE 23 ANOS DE IDADE, NATURAL DO JOÃO PESSOA/PB, EM FASE MEDIANA DA EJA, SOLTEIRO.

No momento se encontra desempregado.

A escolha por esta modalidade se deu “por ser um supletivo e por ser dentro da Federal. Eu queria muito conhecer”. Vem para o local da EJA por meio de transporte público.

Para Júlio existem sim incentivos governamentais para a Educação de Jovens e Adultos. Diz que “o governo federal incentiva a todos a estudar e terminarem seus estudos. Tanto que criou um convênio e abre várias vagas todo o ano”. Ainda não teve adaptação de estudar e trabalhar. Sua vivência na modalidade está muito legal e bem tranquila. Das dificuldades que se fizeram presentes para Alex não concluir seus estudos no ensino regular estão em questões pessoais, pois ficou pouco tempo sem estudar, porém desistia na metade de cada período. Afirma que tem incentivo familiar para estudar, mas não teve incentivo do trabalho.

Aponta ter interação dos assuntos entre as disciplinas. As aulas são entre dinâmicas e monótonas, equilibradas em sua opinião. Afirma estar tendo bastante retorno de aprendizagem, mas ficou neutro para mencionar possíveis

melhorias para o trabalho, depois de ter retomado seus estudos, devido estar desempregado.

As avaliações que ele participa nesta modalidade são provas e trabalhos. Para recuperar estudos ou notas, realiza provas. Sua maior dificuldade em sala de aula está na precariedade das próprias salas. Afirma que estudar com colegas de idade diferente “ajuda muito a ganhar mais experiência”. Deseja concluir a EJA para obter um bom emprego e dar continuidade aos estudos. Ao responder sobre suas expectativas para o futuro diz querer “tirar boa nota no ENEM e ingressar na Federal”.

Júlio menciona que está tudo certo em relação aos seus direitos como cidadão. Identifica como fator negativo da EJA, novamente a infraestrutura das salas. Como ponto positivo diz que é ter a oportunidade de estudar no campus da federal.

Se sente incluído na sociedade e para finalizar sua participação, ao dar sua opinião sobre desigualdade social, declara: “Acho um absurdo pessoas, ou melhor, uma maioria não ter onde morar e nem o que comer enquanto uma minoria é dona de tudo e do dinheiro”.

PARTICIPANTE QUE DESEJOU SER IDENTIFICADA COMO REBECA, DE 19 ANOS, NATURAL DE JOÃO PESSOA/PB, NA FASE FINAL DA EJA, SOLTEIRA.

Trabalha em João Pessoa.

A escolha por esta modalidade de ensino se deu, segundo ela, pela falta de tempo para estudar no ensino regular. Utiliza moto como condução para chegar no local de estudo. Em sua concepção ela afirma que não existe incentivo governamental para a Educação de Jovens e Adultos. Para Rebeca, estudar e trabalhar é horrível, e sua vivência na modalidade é dentro da normalidade.

Não soube identificar, ou não quis mencionar as dificuldades que a fizeram não concluir seus estudos no ensino regular, porém afirma ter incentivo da família e do trabalho para estudar. Para Rebeca existe interação dos assuntos entre as disciplinas. Segundo ela, as aulas são dinâmicas, porém aponta não estar tendo retorno de aprendizagem. Afirma não estar desenvolvendo melhor seu trabalho após retorno aos estudos.

As avaliações da modalidade EJA são por meio de provas, trabalhos e assiduidade. A recuperação de seus estudos ou notas se dão por provas ou trabalhos. Sua maior dificuldade em sala de aula é a convivência. Segundo ela não muda em nada estudar com colegas de idade diferente.

Rebeca deseja concluir logo a EJA. Não soube responder sobre suas expectativas para o futuro, assim como não soube ou não quis responder sobre como vivencia seu direito de estudar e ser cidadã. Ela não enxerga positivamente a modalidade EJA.

Diz não se sentir excluída por ser estudante da EJA, em seu local de trabalho, e se sente apenas existindo na sociedade. Finaliza sua participação dizendo que não deseja comentar sobre desigualdade social.

PARTICIPANTE QUE DESEJOU SER IDENTIFICADO COMO IRAPURAM, DE 52 ANOS DE IDADE, NATURAL DO JOÃO PESSOA/PB. SE ENCONTRA NA FASE FINAL DA EJA E É SOLTEIRO.

Trabalha como artista autônomo.

A escolha por esta modalidade se deu pelo fato de ter muitas responsabilidades, compromissos desde cedo.

Para Irapuram não existe incentivo governamental para a Educação de Jovens e Adultos. Estudar e trabalhar tem sido com muita luta. Sua vivência na modalidade é boa. Das dificuldades que se fizeram presentes para não concluir seus estudos no ensino regular foram pelas muitas responsabilidades que teve

desde cedo. Afirmar ter incentivo da família para estudar.

Ele diz ter interação dos assuntos entre as disciplinas e considera as aulas dinâmicas. Afirmar estar tendo retorno na aprendizagem e tem desenvolvido melhor seu trabalho depois de ter retomado seus estudos.

As avaliações que participa nesta modalidade considera dinâmicas e diretas. Sua recuperação de estudos ou notas tem sido normal. Não sente nenhuma dificuldade em sala de aula. Afirmar que estudar com colegas de idade diferente ajuda. Para ele a formação dá mais confiança. Ao responder sobre suas expectativas para o futuro, deseja “fazer doutorado e ser um bom profissional”.

Para Irapuram nada é negativo na modalidade EJA, e como ponto positivo diz que “é tudo o que se faz e aprende”. Não se sente excluído por ser estudando da EJA onde trabalha, e se sente incluído na sociedade. Para finalizar sua participação, ao dar sua opinião sobre desigualdade social, declara: “É a falta de cumprimento com o que se escreve na Lei e não cumprem. Só fica no papel”.

PARTICIPANTE QUE DESEJOU SER IDENTIFICADA COMO “NATÁLIA”, DE 18 ANOS, NATURAL DE JOÃO PESSOA/PB, EM FASE MEDIANA DA EJA, UNIÃO ESTÁVEL.

No momento desempregada.

A escolha por esta modalidade de ensino se deu por necessidade de concluir o ensino básico, nível médio, mais rapidamente. Ela utiliza ônibus para chegar ao local da EJA. Em sua concepção, não existe incentivo governamental para a Educação de Jovens e Adultos. Considera sua vivência ótima na modalidade.

Desejou não falar das dificuldades que a impossibilitaram de finalizar sua

formação no ensino regular. Natália diz ter muito incentivo familiar para estudar. Para ela, existem interações dos assuntos entre as disciplinas. Considera que as aulas variam entre dinâmicas e monótonas e tem tido retorno de aprendizagem.

As avaliações utilizadas pela modalidade EJA são boas, e a recuperação de estudos ou notas são realizadas por pesquisas e trabalhos. Natália não identifica dificuldades em sala de aula e diz que estudar com colegas de idade diferente ajuda. Espera ter uma boa formação pela EJA, pois uma de suas expectativas para o futuro é de terminar estes estudos e fazer Medicina.

Quanto a vivenciar seus direitos de estudar e de ser cidadã, ela diz que “vai atrás”. Para Natália, o fator negativo da EJA são as pessoas. Cita como fatores positivos da modalidade os professores, que segundo ela são excelentes. Não se sente excluída por estudar na EJA, e se sente incluída na sociedade.

Sobre desigualdade social, Natália finaliza sua participação dizendo: “Vemos muito isso hoje em dia, pessoas deixando de contratar pessoas por idade, raça, cor ou até por outras coisas. Pessoas sendo discriminadas por várias coisas.”

PARTICIPANTE QUE DESEJOU SER IDENTIFICADO COMO CLÁUDIO, DE 35 ANOS DE IDADE, NATURAL DO JOÃO PESSOA/PB. SE ENCONTRA NA FASE FINAL DA EJA E É SOLTEIRO.

Desejou não falar se trabalha ou se está desempregado.

A escolha por esta modalidade se deu pela necessidade de concluir seus estudos básicos. Vem até o local da EJA de ônibus.

Para Cláudio existe incentivo governamental para a Educação de Jovens e Adultos, porém esta modalidade não é tão valorizada como as demais. Sua

vivência na EJA é muito boa, pois como todo ambiente de ensino tem sido bastante agregador e inspirador. Das dificuldades que se fizeram presentes para não concluir seus estudos no ensino regular foram em não conseguir conciliar os estudos com o trabalho. Afirmar ter incentivo da família para estudar.

Ele diz ter interação dos assuntos entre as disciplinas e considera as aulas com uma boa dinâmica porque os professores são atenciosos. Afirmar estar tendo retorno na aprendizagem, pois tem sido muito útil o que está aprendendo.

As avaliações que participa nesta modalidade são trabalhos, provas e notas qualitativas. Sua recuperação de estudos ou notas tem sido por provas. Não tem nenhuma dificuldade em sala de aula. Afirmar que estudar com colegas de idade diferente ajuda. Espera que a formação o ajude a alcançar seus objetivos. Ao responder sobre suas expectativas para o futuro, diz que “são bastante positivas”.

Quanto a vivência em direito por estudar e ser cidadão, Cláudio diz que entende que “nossa Educação necessita de mais um pouco de investimento para que a formação dos cidadãos possa ser mais plena”.

Para Cláudio o ponto negativo na modalidade EJA está na baixa valorização dela. “Poderia ser mais valorizada pelo Ministério da Educação”. Como ponto positivo está a oportunidade em se concluir os estudos. Diz estar se incluindo cada vez mais na sociedade.

Para finalizar sua participação, ao dar sua opinião sobre desigualdade social, declara: “É um reflexo claro da má distribuição de renda e de administrações governamentais que priorizam umas classes em detrimento de outras”.

ANOS, NATURAL DE MONTADAS/PB, EM FASE MEDIANA DA EJA, CASADA.

No momento, desempregada.

A escolha por esta modalidade de ensino se deu por necessidade de concluir os estudos. Ela utiliza ônibus para chegar ao local da EJA. Em sua concepção, não existe incentivo governamental para a Educação de Jovens e Adultos. Considera sua vivência boa na modalidade.

As dificuldades que a impossibilitaram de finalizar sua formação no ensino regular foi devido não ter acesso a escola em sua cidade. Maria não teve incentivo familiar e nem do trabalho para estudar. Para ela, existem interações dos assuntos entre as disciplinas. Considera que as aulas são dinâmicas e tem tido retorno de aprendizagem.

As avaliações utilizadas pela modalidade EJA são boas, e a recuperação de estudos ou notas são realizadas por provas e trabalhos. Maria não identifica dificuldades em sala de aula e diz que estudar com colegas de idade diferente ajuda. Espera que com esta formação consiga mais oportunidades. Suas expectativas para o futuro é em “construir algo melhor”.

Quanto a vivenciar seus direitos de estudar e de ser cidadã, ela diz que “procurou”. Um fator negativo do local que estuda é não ter sala certa para os alunos. Cita como fatores positivos da modalidade o desempenho dos professores. Não se sente excluída por estudar na EJA, e se sente incluída na sociedade. Sobre desigualdade social, Maria diz que: “Sempre houve e continuará.”

PARTICIPANTE QUE DESEJOU SER IDENTIFICADA COMO “TAÍSA”, DE 49 ANOS, NATURAL DE SANTA CRUZ/PB, ESTÁ NA FASE MEDIANA DA EJA, CASADA.

No momento está desempregada.

A escolha por esta modalidade de ensino se deu pela necessidade de terminar seus estudos. Ela utiliza carro para chegar ao local da EJA. Em sua concepção, existe incentivo governamental para a Educação de Jovens e Adultos. Considera sua vivência tranquila na modalidade, porque tem muito apoio dos professores.

As dificuldades que a impossibilitaram de finalizar sua formação no ensino regular foram porque cuidava dos filhos, por isso não terminou seus estudos enquanto era jovem. Taísa diz não ter incentivo familiar para estudar e nem do trabalho. Para ela existem interações dos assuntos entre as disciplinas. Considera que as aulas são dinâmicas e tem tido retorno de aprendizagem.

As avaliações utilizadas pela modalidade EJA são por provas e trabalhos, e a recuperação de estudos ou notas são realizadas por trabalhos e provas. Taísa sente dificuldades em sala de aula com a disciplina de matemática, porém estudar com colegas de idade diferente ajuda. Espera ter uma boa formação pela EJA para obter sucesso na vida e um bom emprego. Suas expectativas para o futuro é que seja tranquilo.

Quanto a vivenciar seus direitos de estudar e de ser cidadã, ela diz que “quer ser uma cidadã qualificada”. Para Taísa não existe nada negativo na modalidade EJA. Cita como fatores positivos a oportunidade de terminar os estudos e consequentemente abrirão novas oportunidades para o futuro. Se sente incluída na sociedade. Sobre desigualdade social, Taísa finaliza sua participação dizendo que: “A desigualdade social sempre existe em qualquer lugar que você esteja.”

PARTICIPANTE QUE DESEJOU SER IDENTIFICADA COMO “ANA”, DE 28 ANOS, NATURAL DO RIO DE JANEIRO/RJ, RESIDENTE NA REGIÃO DE JOÃO PESSOA. ESTÁ NA FASE FINAL DA EJA, SOLTEIRA.

No momento está desempregada.

A escolha por esta modalidade de ensino se deu pelo fator idade. Ela utiliza ônibus para chegar ao local da EJA. Em sua concepção, não existe incentivo governamental para a Educação de Jovens e Adultos. Considera sua vivência muito boa na modalidade e ótima com os colegas.

Não quis falar sobre possíveis dificuldades que a impossibilitaram de finalizar sua formação no ensino regular. Ana tem incentivo familiar para estudar. Para ela existem interações dos assuntos entre as disciplinas. Considera que as aulas são dinâmicas e tem tido retorno de aprendizagem.

As avaliações utilizadas pela modalidade EJA são por trabalhos e provas, e a recuperação de estudos ou notas são realizadas por provas. Ana não tem dificuldades em sala de aula e diz que estudar com colegas de idade diferente ajuda. Espera ter mais conhecimento com a formação pela EJA. Suas expectativas para o futuro é em fazer uma faculdade.

Quanto a vivenciar seus direitos de estudar e de ser cidadã, ela diz que “os direitos estão mais nos papéis do que na prática”. Para Ana o fator negativo na modalidade EJA na escola que estuda é em não terem suas próprias salas. Cita como fator positivo a chance de terminar os estudos. Se sente incluída na sociedade. Sobre desigualdade social, Taísa diz que: “Existe muita desigualdade.”

ANEXOS

ANEXO 1 – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: POLÍTICAS E PRÁTICAS SOCIAIS NO PROCESSO
FORMATIVO DO

TRABALHADOR NO ESTADO DA PARAÍBA: Uma análise crítica
com vistas a EJA.

Pesquisador: ELOIDE TELES SILVA GRISI

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 18873719.5.0000.5188

Instituição Proponente: Universidade Federal da Paraíba

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.531.158

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de pesquisa egresso do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO, do CENTRO DE EDUCAÇÃO, da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, da
aluna ELOIDE TELES SILVA

GRISI, sob orientação da Profª. Dra. Maria das Graças Gonçalves Vieira Guerra.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender o processo formativo de trabalhadores/as egressos da EJA, com vistas a políticas e práticas sociais no Estado da Paraíba, que envolvam esta modalidade educacional.

Objetivos Secundários:

2. Entrevistar trabalhadores/as estudantes da EJA, em uma instituição no Estado da Paraíba;
3. Realizar pesquisa documental das Políticas Públicas e Práticas Sociais no processo formativo do/a estudante trabalhador/a que depende da EJA;
4. Pesquisar diretrizes educacionais voltadas a EJA no Estado da Paraíba, com propósito investigativo em verificar existência ou não de ações positivas e/ou negativas para esta modalidade em pauta.

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB **Município:** JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

UFPB - CENTRO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL
DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 3.531.158

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Salienta que, segundo a Resolução 466/12, toda pesquisa que envolve seres humanos oferece riscos. Não obstante os riscos potenciais desta pesquisa não causarão danos de grande magnitude aos participantes, acrescento ainda que as pesquisas envolvendo seres humanos serão admissíveis quando oferece elevada possibilidade de gerar conhecimento para entender, prevenir ou aliviar um problema que afete o bem-estar dos participantes da pesquisa e dos outros indivíduos. Nesse sentido, o referido estudo não apresenta risco aparente, de ordem física, psicológica, social e educacional aos seus participantes. Importante salientar que o local oferecido no núcleo da EJA, na Universidade Federal da Paraíba, apresenta condições éticas e estruturais para a realização da pesquisa.

Benefícios:

Informamos ainda que o risco se justifica pela importância do benefício esperado, pois buscaremos com essa pesquisa levar através da produção de uma dissertação de mestrado mais conhecimento teórico sobre “POLÍTICAS E PRÁTICAS SOCIAIS NO PROCESSO FORMATIVO DO/A TRABALHADOR/A, NO ESTADO

DA PARAÍBA: Uma análise crítica com vistas à EJA”. Porém os participantes poderão desistir de participar da pesquisa no momento da coleta de dados. Conforme a Resolução 466/2012, determina que caso o senhor (a) se sinta prejudicado com a pesquisa garantimos o ressarcimento por qualquer tipo de danos, físicos e/ou morais as despesas serão cobertas conforme determinar a lei; a pesquisa garante a indenização ante de eventuais danos decorrentes da pesquisa. Todo o material coletado com as informações será guardado durante cinco anos para possíveis dúvidas a respeito da pesquisa e da coleta de dados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O presente projeto apresenta coerência científica, mostrando relevância para a academia, haja vista a ampliação do conhecimento, onde se busca, principalmente, compreender o processo formativo de trabalhadores/as egressos da EJA, com vistas a políticas e práticas sociais no Estado da Paraíba, que envolvam esta modalidade educacional.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os Termos de Apresentação Obrigatória, foram anexados tempestivamente.

Endereço: UNIVERSITARIO
S/N

CEP: 58.051-

UF: PB **Município:** JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

UFPB - CENTRO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL
DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 3.531.158

Recomendações:

RECOMENDAMOS QUE A PESQUISADORA RESPONSÁVEL ENCAMINHE EMENDA SOLICITANDO A INCLUSÃO DO NOME DA ORIENTADORA NA EQUIPE DE PESQUISA.

RECOMENDAMOS TAMBÉM QUE, CASO OCORRA QUALQUER ALTERAÇÃO NO PROJETO (MUDANÇA NO TÍTULO, NA AMOSTRA OU QUALQUER OUTRA), A PESQUISADORA RESPONSÁVEL DEVERÁ SUBMETTER EMENDA SOLICITANDO TAL(IS) ALTERAÇÃO(ÕES), ANEXANDO OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS.

RECOMENDAMOS POR FIM QUE AO TÉRMINO DA PESQUISA, A PESQUISADORA RESPONSÁVEL ENCAMINHE AO COMITÊ DE ÉTICA PESQUISA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, RELATÓRIO FINAL E DOCUMENTO DEVOLUTIVO COMPROVANDO QUE OS DADOS FORAM DIVULGADOS JUNTO À INSTITUIÇÃO ONDE OS MESMOS FORAM COLETADOS, AMBOS EM PDF, VIA PLATAFORMA BRASIL, ATRAVÉS DE NOTIFICAÇÃO, PARA OBTENÇÃO DA CERTIDÃO DEFINITIVA.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

TENDO EM VISTA O CUMPRIMENTO DAS FORMALIDADES ÉTICAS E LEGAIS, SOMOS DE PARECER FAVORÁVEL A EXECUÇÃO DO PRESENTE PROJETO DE PESQUISA, SALVO MELHOR JUÍZO.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1365159.pdf	29/07/2019 11:28:05		Aceito

Endereço: UNIVERSITARIO
S/N

CEP: 58.051-

UF: PB **Município:** JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

UFPB - CENTRO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL
DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 3.531.158

Outros	AUTORIZACAODEUSODEDADOS.pdf	29/07/2019 11:25:45	ELOIDE TELES SILVA GRISI	Aceito
Outros	CARTADEANUENCIA.pdf	29/07/2019 11:24:42	ELOIDE TELES SILVA GRISI	Aceito
Outros	CERTIDAO.pdf	29/07/2019 11:23:54	ELOIDE TELES SILVA GRISI	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOCOMANEXOS.pdf	29/07/2019 11:21:43	ELOIDE TELES SILVA GRISI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	29/07/2019 11:18:34	ELOIDE TELES SILVA GRISI	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTO.pdf	29/07/2019 10:55:16	ELOIDE TELES SILVA GRISI	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.docx	27/07/2019 00:47:56	ELOIDE TELES SILVA GRISI	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	27/07/2019 00:45:56	ELOIDE TELES SILVA GRISI	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 26 de Agosto de 2019

Assinado por:
Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))

ANEXO 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre **POLÍTICAS E PRÁTICAS SOCIAIS NO PROCESSO FORMATIVO DO TRABALHADOR, NO ESTADO DA PARAÍBA: Uma análise**

crítica com vistas à EJA, e está sendo desenvolvida pelo(s) pesquisador(es) Eloide Teles Silva Grisi aluno(s) do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do(a) Prof(a) Dra. Maria das Graças Gonçalves Vieira Guerra.

Os objetivos do estudo são compreender o processo formativo de trabalhadores/as egressos da EJA, com vistas a políticas e práticas sociais no Estado da Paraíba, que envolvam esta modalidade educacional.

A finalidade deste trabalho é contribuir para possíveis melhorias no processo formativo de trabalhadores/as egressos da EJA, com vistas a políticas e práticas sociais no Estado da Paraíba, que envolvam esta modalidade educacional.

Utilizar-se-ão três procedimentos para coleta de dados, sendo: Entrevistar trabalhadores/as estudantes da EJA, em uma instituição de ensino do Estado da Paraíba; Pesquisa documental de políticas públicas e práticas sociais no processo formativo do/a estudante trabalhador/a que depende da EJA; e, pesquisa sobre as diretrizes educacionais voltadas a EJA no Estado da Paraíba. A pesquisa percorrerá o caminho da criticidade frente aos desafios enfrentados pelos alunos trabalhadores da EJA, concomitante às políticas e práticas sociais no processo formativo desse trabalhador egresso dessa modalidade.

RISCOS E BENEFÍCIOS: Saliento que, segundo a Resolução 466/12, toda pesquisa que envolve seres humanos oferece riscos. Não obstante, os riscos potenciais desta pesquisa não causarão danos de grande magnitude aos participantes, acrescento ainda que as pesquisas envolvendo seres humanos serão admissíveis quando oferece elevada possibilidade de gerar conhecimento para entender, prevenir ou aliviar um problema que afete o bem-estar dos participantes da pesquisa e dos outros indivíduos. Nesse sentido, o referido estudo não apresenta risco aparente, de ordem física, psicológica, social e educacional aos seus participantes.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (*se for o caso*).

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa ou
Responsável Legal

Assinatura da Testemunha

Contato do Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o(a)

pesquisador(a) Eloide Teles Silva Grisi

Telefone: 83 999075339

Ou

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB

☐ (83) 3216-7791 – E-mail: **comitedeetica@ccs.ufpb.br**

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Pesquisador Participante

Obs.: O sujeito da pesquisa ou seu representante e o pesquisador responsável deverão rubricar todas as folhas do TCLE apondo suas assinaturas na última página do referido Termo.